



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 20ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/7/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, José Henrique, Inácio Franco e Zé Maia

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4, 874, 879, 963, 974, 1.064, 1.111, 1.231 e 2.088/2011; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.092/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.109/2011; apresentação da Emenda nº 2; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 355/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 636/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 713/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011; discursos da Deputada Liza Prado e do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 824/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 846/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.801/2011; encerramento da discussão; discurso do Deputado André Quintão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.697/2011; discurso do Deputado Ulysses Gomes; prorrogação da reunião; discursos dos Deputados Romel Anízio, Sargento Rodrigues e Rogério Correia - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muito pesar que trago ao conhecimento desta Casa o falecimento, nesta noite, do ouro-finense e Procurador do Ministério Público Dr. Carlos Henrique Fleming Ceccon. Com menos de 50 anos, filho de Ouro Fino, nosso amigo da cidade, faleceu esta madrugada. O Dr. Ceccon foi Procurador de Justiça por mais de 15 anos. Embora jovem, prestou relevantes serviços ao Ministério Público. Foi um Promotor correto, dedicado e sempre desempenhou com muita dignidade as suas funções no Ministério. De público, quero apresentar à Adriana, aos filhos e a toda a família do Dr. Ceccon as nossas condolências. Ele esteve durante longos anos em Ouro Fino, é filho da cidade, estagiou em nosso escritório de advocacia junto aos meus queridos e saudosos pai e tio. Hoje, com certeza, o Ministério Público perde um valoroso membro. Neste momento, quero prestar-lhe esta homenagem. Com certeza, seu exemplo como legítimo representante do Ministério Público será sempre lembrado por todos que tiveram o prazer de conhecê-lo. Nossa cidade de Ouro Fino está triste, pois, além de ser representante do Ministério Público, era um filho dos mais ilustres, dos mais queridos. A nossa cidade tinha pelo Carlinhos, como era conhecido carinhosamente, um grande apreço. Quero unir-me à Adriana, aos filhos, aos seus pais Domingos e Sílvia e a seus irmãos nesta grande dor que estão enfrentando neste dia. Seu corpo está sendo velado e, às 15 horas, será cremado em Contagem. Faço este registro para que transmitam, em meu nome e também no de minha família, a todos os familiares do Dr. Ceccon e ao Ministério Público, na pessoa do Procurador-Geral Dr. Alceu José Torres, as nossas condolências. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, recentemente houve um turbilhão de greves em nosso Estado. Os servidores vieram a esta Casa e participaram ativamente das reuniões do Plenário e das comissões. Felizmente, Sr. Presidente, apesar do momento de tensão, a situação caminhou da melhor maneira possível. O pessoal foi muito bem recebido aqui, apesar dos protestos que ocorreram, que são absolutamente democráticos - temos de entendê-los assim. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as tratativas foram feitas da melhor maneira possível. Relembro que, há algumas semanas, o Deputado Rogério Correia também participou dessa decisão. A greve da Fhemig foi resolvida rapidamente, de forma satisfatória, graças à intervenção competente do governo, do Governador Antonio Anastasia, da Secretária de Planejamento Renata Vilhena e da Subsecretária Fernanda Neves. Em seguida, Sr. Presidente, houve a greve do Ipsemg, na área da saúde. O Ipsemg tem problemas que se vão arrastando há muito tempo. A Presidente Jomara, que assumiu o cargo no começo do ano, tem a firme disposição de buscar soluções mais duradouras para o Ipsemg, que é uma instituição muito importante para o funcionalismo de Minas Gerais. Os problemas são vários, inúmeros, de toda ordem. Felizmente, depois de muitas reuniões com o sindicato dos funcionários do Ipsemg, a greve chegou ao seu final também de maneira satisfatória. Mesmo assim, ontem, houve reunião da Comissão de Administração Pública, presidida pelo Deputado Gustavo Corrêa, com a participação de vários parlamentares desta Casa e de inúmeros funcionários do Ipsemg, na qual se discutiu o funcionamento daquele órgão. A greve está resolvida, vamos verificar como ficará o seu funcionamento. Sr. Presidente, ontem à tarde, depois de inúmeras negociações com o funcionalismo da saúde, que envolve a Secretaria Estadual de Saúde, a Fhemig, a Funed e o Hemominas, o governo acatou as propostas mais importantes desses servidores: a data-base e o reajuste. Foi divulgado, no final do dia, um reajuste de 5% em outubro, que será a data-base, e outros 5% em abril do próximo ano. Esta Casa, Sr. Presidente, com muita competência do Presidente Dinis Pinheiro, ajudou a resolver a questão do reajuste salarial e da data-base, que - pelo que parece - já foi acatada pelos funcionários da saúde. O Presidente resolveu formar uma comissão para a educação e outra para a saúde, sendo que a da saúde será composta pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão e por mim. Tão logo a greve dos funcionários da saúde se encerre - isso poderá acontecer hoje, segundo notícias -, essa comissão começará a funcionar. Ontem à noite, participamos de uma reunião com a Secretária Renata Vilhena, que demonstrou estar inteiramente de acordo com essa decisão tomada pela Assembleia e acatou a decisão dos órgãos da saúde - Funed, Fhemig, Hemominas, etc. - de se formarem grupos de trabalho com o pessoal dos sindicatos e a participação dessa comissão que esta Casa criará, a fim de que não se resolva apenas a questão salarial desses funcionários, mas também, dentro de um certo prazo, o funcionamento dessas instituições, que são fundamentais para a saúde da população de Minas Gerais. Em linhas gerais, era o que tinha a dizer. Mais uma vez, quero louvar o trabalho desta Casa. Foram vários os Deputados que dele participaram. No entanto, não posso deixar de ressaltar a sensibilidade do Governador Antonio Anastasia, que entrou pessoalmente nessa questão, ontem mesmo, para resolver o problema da greve na saúde. Até então, eles não receberiam o reajuste anunciado, mas o Governador o autorizou. Agora espero que a nova comissão dê sequência a esse trabalho, não só no que diz respeito ao reajuste salarial, mas também a melhores condições para os seus funcionários. Consequentemente, isso vai melhorar o atendimento da população que a utiliza. Por fim, felicito-os pelo trabalho desenvolvido nesta Casa, pelo papel importantíssimo que a Assembleia de Minas teve na solução de problemas tão graves e pungentes como os vividos nos últimos dias. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje relatarei uma situação desagradável. Agora há pouco, vindo para a Assembleia, recebi o telefonema de um empresário, de um produtor rural que faz tudo de acordo com as normas na sua fazenda, uma fazenda-modelo que, recentemente, realizou um dia de campo com a presença de órgãos do Estado, para explicar a melhoria da inseminação e da produção de leite. Faz um mês que estive presente nesse dia de campo. O leite que ele produz é entregue à Nestlé e é considerado categoria ouro, isto é, da melhor qualidade. Ele também produz a cachaça Lorena, que é certificada pelo IMA, pois obedece a todos os critérios e exigências - e não são poucas. Além disso, a inseminação artificial é feita na sua fazenda há quase 20 anos e gera muitos empregos. Enfim, é um homem que trabalha corretamente. No entanto, esse empresário recebeu a visita de um funcionário do IEF em sua fazenda. A vistoria foi feita, e alguns ajustes, solicitados, mas nada de exorbitante. Para surpresa dele, foi chamado a comparecer na Secretaria, e lá a Sra. ou Srta. Poliana o recebeu, mas não lhe deu as explicações devidas. Ele, que estava dentro do prazo e também utiliza todas as boas práticas na sua fazenda, disse-me que perguntou a ela o que deveria fazer, e ela lhe

respondeu que ele precisava contratar uma empresa especializada. Diante do ocorrido, gostaria de chamar a atenção do meu amigo, o Secretário Adriano Magalhães. Aliás, parabéns ao Governador Anastasia por tê-lo colocado na Secretaria, porque ele realmente tem a visão de ajudar o Estado nas questões ambientais e quer fazer uma Secretaria mais célere, que atrapalhe menos e não aceite abusos. Mas esse caso deixou-me triste. Tenho de trazê-lo a público e tentar chegar ao Secretário para lhe pedir que tome as devidas providências. Enquanto estava participando dos entendimentos, chegaram duas multas para o Sr. Francisco. Fizemos aqui, nos dois últimos anos, uma discussão ampla com a Oposição sobre esse assunto, mas algumas reclamações chegaram também aos Deputados da Situação. Temos trabalhado pelo nosso Governador, tentando fazer as correções. O Sr. Francisco ainda tinha prazo e estava procurando fazer todos os acertos, que não eram muitos nem graves, mas foi surpreendido por duas multas. E a funcionária Poliana apenas lhe disse que ele deveria procurar resolver o assunto com uma empresa especializada. Parece-me que ela não queria mostrar-lhe caminhos, porque a multa já havia sido emitida. Era preciso que ele buscasse fazer os pequenos acertos que lhe estavam sendo exigidos. Ela disse que os estudos eram suficientes e que ele contratasse uma empresa para resolver a questão. E não lhe deu mais nenhuma orientação. As duas multas chegaram pelo correio, no total de R\$12.500,00. Não havia nenhuma infração grave que as justificasse. Dizem que podemos entrar com uma defesa, mas isso cria uma situação de constrangimento, de revolta. Sabemos que o Secretário Adriano está buscando acertar, corrigir todas as distorções que acontecem na área estadual de meio ambiente, principalmente nos dois últimos anos. Estamos sem entender a atitude dessa funcionária, que não lhe deu os devidos esclarecimentos, apenas lhe sugeriu que buscasse uma empresa especializada. Ele, fazendo tudo com legalidade, foi multado, e lhe foi dito que deveria defender-se. Foi-lhe dito que tem direito à defesa. Acho que não podemos atrapalhar quem está produzindo, quem está certificado, quem está gerando emprego. Acho que não é isso o que o Governador quer nem o Secretário Adriano. Peço à Poliana que olhe essa questão e atenda ao Sr. Francisco Magalhães da Rocha, da Fazenda Berro d'Água, no Morro da Garça, para que essas questões que o deixaram contrariado sejam resolvidas, não porque não queira pagar, mas porque não deve e está sendo obrigado. Deixo essa advertência. Mesmo sendo da base de governo, quero chamar a atenção para isso, para que possamos sempre corrigir o que for necessário.

O Deputado Rogério Correia - Fiz questão de usar a palavra, no início da reunião, para prestar alguns esclarecimentos sobre o dia de ontem e sobre a reunião que fizemos, à noite, com a comissão de negociação que foi escolhida para debater as questões da greve da educação, que persiste e que está com uma reunião marcada para o dia 3 de agosto, para algumas definições. Fiquei, com o Deputado Paulo Lamac, o Deputado Luiz Humberto, Líder do Governo, a Secretária Renata Vilhena e a Secretária Ana Lúcia Gazzola, da Educação. Estivemos discutindo durante uma primeira rodada de negociação e saímos preocupados. Queria fazer esse comunicado às nobres Deputadas, aos nobres Deputados, aos educadores, aos trabalhadores da educação e ao povo de Minas Gerais, que dependem da educação pública e que são a imensa maioria. Fizemos um gesto - o Deputado Carlin Moura e o Bloco Minas sem Censura ajudou-nos muito nesse procedimento - para que, a partir da obstrução da pauta, o governo entendesse a necessidade de negociar e de pautar, principalmente, os movimentos referentes à saúde, à educação e à segurança pública. Ainda terei a oportunidade de discutir a LDO e lá procurarei mostrar que não há uma prioridade real e expressa pelo governo na prática das suas ações. A LDO deixa cabalmente essas conclusões - aliás, demonstrarei isso. As prioridades do governo não estão nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Isso traz para o nosso bloco de Oposição, o Minas sem Censura, uma diferença muito grande de comportamento. Essa é a visão do Estado - aliás, a visão de Estado do governo mineiro é a neoliberal. Discutiremos isso daqui a pouco, com mais prazo. O problema é que fizemos todo um procedimento de obstrução para demonstrar ao governo que teria de negociar esses pontos e melhorar, portanto, a sua conduta quanto a esses setores. Sr. Presidente, estamos vendo a pauta hoje. Mesmo depois que fizemos todo o movimento de liberá-la para discussão, os principais projetos ainda estão aqui em 2º turno. Votaremos esse projeto e não faremos obstrução, como combinamos com o governo e a Situação. Quero chamar a atenção dos Deputados, porque poderíamos fazê-lo. Não estou aqui fazendo nenhum movimento de chantagem nem de pressão, nada disso. Pelo contrário, votaremos esse projeto. Mas quero chamar a atenção para o esforço que fizemos por isso. Deputado Almir Paraca, além da LDO, há outros projetos ainda para discussão em 2º turno, então poderíamos usar o procedimento de obstrução. Só liberamos essa pauta porque houve o compromisso real do governo de discussão e abertura de negociação com esses setores. Que não haja dúvida sobre isso. Foi formada uma comissão de negociação. Ontem, Sr. Presidente, nessa mesa, voltou à discussão o fato de que o governo só negociaria com os servidores a partir da suspensão da greve. Não combinamos isso. Na verdade, o que ficou combinado foi que o governo negociaria com os servidores para, em agosto, se retomasse a normalidade e os alunos retornassem às aulas. Para nós, isso é fundamental. Quero dizer aos Deputados que há vários projetos aqui e que poderíamos discuti-los, mas provavelmente não haveria quórum para aprovar esse projeto. A responsabilidade disso é do governo. Que isso fique bem claro para que, depois, não venham dizer que as nossas atitudes são radicais, e não democráticas. Esperamos do governo... É verdade que o governo disse que a questão do piso salarial não estava ao alcance dele, a não ser depois da publicação do acórdão. Esse limite nos foi colocado, mas a atitude do governo de não negociar fere completamente, se isso acontecer, o acordo que fizemos aqui para não haver obstrução da pauta. Quero deixar isso absolutamente claro para os Deputados e que essas observações sejam registradas em ata. E são não apenas minhas, como também do Deputado Paulo Lamac, que acompanhou a discussão de ontem. Estamos preocupados com essa situação. Honraremos o acordo dessa negociação que fizemos e cobraremos do governo que também a honre. Quero deixar isso bastante claro para os Deputados e o Presidente da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 874/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Inocêncio o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há



oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 879/2011, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 963, 974, 1.064, 1.111, 1.231 e 2.088/2011 (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.697/2011 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.092/2010, do Governador do Estado, que cria cargos e altera a estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, de 13/1/2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 15/4/91, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 5.092/2010 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2011, do Governador do Estado, que altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397, de 14/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.759/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.109/2011, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

Vem à Mesa:

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 2.109/2011

Acrescente-se o seguinte artigo onde convier:

Art. ... - Os reajustes de que trata esta lei incidirão sobre a vantagem pessoal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, dos servidores ocupantes dos cargos mencionados no inciso IV do art. 1º desta lei.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2011.

Bonifácio Mourão

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Bonifácio Mourão, que recebeu o nº 2 e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será votada independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.109/2011 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 6/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 355/2011, do Deputado Fred Costa, que fixa prazo para que as operadoras de TV a cabo efetuem a interrupção do serviço quando solicitada pelo usuário. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 636/2011, dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, que dispõe sobre as condições higiênico-sanitárias da produção artesanal de leite de cabra e ovelha e seus derivados. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 636/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 713/2011, do Deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma



do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 713/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, a Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado* - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, creio que esta Casa irá colaborar com o Tribunal de Contas para melhorar a sua atuação. O Projeto nº 717/2011, aprovado em 1º turno, altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e cria 41 cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Tribunal. Além disso, cria cargos de assistência administrativa e funções gratificadas, sem especificar a quantidade. O número de cargos e de gratificações será calculado com base no sistema de pontos e será determinado em regulamento do próprio TCE. O texto dispõe, ainda, que o servidor efetivo com função gratificada receberá sua remuneração acrescida do valor da função para a qual foi designado. Já o servidor efetivo, nomeado para o cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou por sua remuneração no cargo de origem, acrescida de 65% do valor do vencimento do cargo em comissão. Essa parcela não poderá ser incorporada ao salário de origem nem servir de base para o cálculo de qualquer outra vantagem.

No 1º turno, o projeto foi aprovado com alterações; entre elas está a extinção dos cargos de Diretor de Informática e de Diretor da Escola de Contas e a criação de uma função gratificada para o Advogado-Geral Adjunto do TCE. O novo texto também estabelece que o grau de complexidade das atribuições do cargo e outras alterações aprovadas definem as atribuições do Consultor-Geral do TCE e estabelece que os cargos de Supervisor de Segurança Institucional e de Tecnologia da Informação sejam de recrutamento restrito, entre outras mudanças. O texto também determina que o total de cargos de Assistente Administrativo, a serem criados pelo projeto, não pode ultrapassar 18% do total de servidores efetivos do TCE.

Creio que essa emenda foi fundamental, pois percebo a importância de se valorizarem os funcionários de carreira. Tenho certeza de que esta Casa, em breve, poderá votar o piso salarial do professor e o salário dos funcionários da Assembleia Legislativa, que há dois anos não têm reajuste. Ficarei muito contente com isso. É importante que a Assembleia Legislativa vote projetos como esse, pois, hoje, o Tribunal de Contas demora de seis a oito anos para julgar determinadas contas. Como o Ministério Público foi criado por esta Casa e precisa de estrutura, é razoável que haja cargos e que a Ouvidoria, que também foi votada aqui, possa funcionar. Isso oferece mais transparência.

É importante também que os Conselheiros possam contar com assessores. Hoje eles não têm nenhum. Creio que esse projeto possa ajudar nessa estrutura. Com certeza, os Prefeitos e o ex-Presidente da Câmara Municipal de Biquinhas não sofrerão tanto. Noutro dia, ele foi multado pelo Tribunal de Contas, em R\$6.000,00, após 18 anos, por causa de uma janela, que está lá, parada, como água de vaso. Ela foi comprada e está lá, e o moço nem se lembra mais disso. Ele disse que o Presidente da Câmara Municipal teve um problema e não seguiu as normas de licitação como deveria. Depois de 18 anos, isso, no mínimo, deveria estar prescrito, pois o sujeito nem está mais lá. Como pode acontecer isso? Às vezes, quando se vai votar em um administrador, não há um eleitor, e não se sabe se as leis de responsabilidade fiscal foram cumpridas e se as contas foram aprovadas, pois isso demora muito. Sabemos que isso leva anos e causa insegurança jurídica. É importante que o Tribunal de Contas possa ser mais ágil. Com o novo sistema que está sendo preparado para analisar as contas, isso será quase imediato. Portanto, espero que esse projeto contribua para o Estado de Minas Gerais, para que as contas sejam analisadas rapidamente.

Há esse sistema, esses cargos e essas gratificações, graças a esta Casa, para os funcionários de carreira. Às vezes, as gratificações podem ser aumentadas até R\$10.000,00. Pensei que essa gratificação poderia ser bem menor, mas creio que os funcionários de carreira precisam ser valorizados, para que, realmente, possam desempenhar a sua função. A carga horária é de seis horas, mas, se o funcionário for realizar um trabalho em cargo comissionado, a carga horária é de oito horas ou mais. Às vezes, com o salário que recebe, não tem tanto interesse em assumir determinados espaços. É importante que os funcionários sejam valorizados. Achei o valor um tanto quanto elevado, mas talvez eu esteja um pouco desatualizada. Achei o valor alto porque as coisas estão tão difíceis, e estamos acostumados a conviver com salários de professor, de agente penitenciário e dos funcionários da educação. Se não fosse a emenda desta Casa, Sr. Presidente, isso também não seria limitado a 18% para o funcionário de carreira.

Esta Casa colaborará com o Tribunal de Contas, para que possa ser mais ágil. Espero que discutamos mais temas como esse. Conversei com o nosso Líder, pois não tinha compreendido bem o projeto. Pela manhã, quando li o nosso documento de comunicação, fiquei sem saber como é isso de criar cargo administrativo, com função gratificada, sem especificar a quantidade. Isso me deixou muito preocupada, pois não é transparente. O Deputado Antônio Júlio me disse que, na verdade, não seria dessa maneira e que o texto não estava correto, pois há uma limitação e os pontos serão, mais ou menos, semelhantes aos da Casa.

Creio que precisa haver transparência e agilidade nas administrações. Há problemas gravíssimos com os processos parados. Prefeitos, que deveriam ter sido punidos, ficam livres e conseguem ser reeleitos, apesar de terem desfalcado os cofres públicos e desviado recursos e de, às vezes, as contas não terem sido aprovadas.

Um projeto como esse, considerando-se o apoio que a Assembleia Legislativa está dando, deve ser votado favoravelmente. O nosso Tribunal é sério, possui pessoas capacitadas e agora contará com o Mauri Torres, que foi eleito por esta Casa. Torço para que ele possa ajudar o Toninho na agilização dos procedimentos relativos aos processos. Creio que os trabalhos serão agilizados, mas me preocupo com a atual situação do Tribunal, que realmente precisa de apoio, já que é grande a dificuldade em aprovar as contas. Conversei com o Deputado Antônio Júlio, único parlamentar que conseguiu esclarecer-me os pontos desse projeto. Às vezes lemos o projeto e, por mais esforços que façamos, não conseguimos entender as questões técnicas. Fiquei preocupada com o projeto, mas o Deputado Antônio Júlio, que parece ser um grande crítico do funcionamento do Tribunal, conseguiu me explicar alguns aspectos e me convenceu de que é preciso haver essa estrutura. Para haver agilidade, é preciso fazer uma grande mudança no Tribunal. Dessa forma, o eleitor poderá votar em quem se preocupa com o dinheiro público, em quem dá aos recursos públicos a correta destinação, em quem



não pratica superfaturamento ou qualquer outra tramoia nas licitações, em quem não surrupia o dinheiro público. Se a demora é de 10 anos, Inês é morta. É preciso transparência. Se esse projeto tem esse objetivo, eu o apoiarei.

Em Uberlândia há funcionários altamente capacitados que também sofrem com a questão salarial. O pessoal da Justiça, em geral, está sofrendo com a questão salarial. Espero que os trabalhadores desempenhem sua função com competência, com eficiência e que um Conselheiro tenha, no mínimo, um oficial administrativo para ajudá-lo, a fim de dispormos de uma administração mais eficiente e transparente. Que o princípio da nossa Constituição não fique apenas no papel.

Srs. Deputados, voto favoravelmente a este projeto, porque o Deputado Antônio Júlio me convenceu a fazê-lo. Estudei o projeto, mas não havia visto nada disso. Depois fiquei sabendo que ele tinha sido bastante discutido. Infelizmente, fiquei fora desse processo, talvez por minha culpa, já que deveria ter dedicado mais tempo a ele, mas estava envolvida com a manifestação dos professores. Os professores estiveram nas galerias, e espero que as negociações continuem para que eles possam ter estabilidade e para que os alunos tenham suas aulas repostas. Além da questão salarial dos professores, preocupo-me também com o estado das nossas escolas, para as quais o Governador já determinou várias melhorias.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Deputada, muito obrigado. Estou ouvindo o pronunciamento de V. Exa. e também gostaria de encaminhar favoravelmente ao Projeto nº 417, do Tribunal de Contas. V. Exa. realmente faz um relato importante, chamando a atenção desta Casa para as ações do Tribunal de Contas. As matérias que o Tribunal encaminha para cá têm sido constantemente e efetivamente debatidas. Sabemos da seriedade do Tribunal de Contas e, durante o período em que conduzimos a Comissão de Constituição e Justiça, juntamente com o Deputado Sebastião Costa, pudemos analisar, com muito rigor e tranquilidade, as propostas para cá encaminhadas. Da mesma forma como V. Exa. encaminha favoravelmente, iremos também votar favoravelmente ao projeto.

V. Exa. se manifestou sobre as ações maiores empreendidas pela Secretaria de Estado de Educação. É muito importante dizer que a Secretária Ana Lúcia Gazzola tem-se esforçado muito, buscando recursos junto aos governos federal e estadual para a construção de quadras de esporte, de rede física das escolas. Além disso, é educadora, com certeza é grande professora, sempre aberta ao diálogo com todos os servidores da Secretaria de Educação.

Parabenizo V. Exa., Deputada Liza Prado, por seu trabalho como professora, também. Tenho consciência da participação dos Deputados junto às Secretarias de Educação e de Planejamento na busca de entendimentos. Nunca deixou de haver diálogo e acordo com o governo do Estado. Temos notícias do posicionamento do Estado sobre esse aumento. É um avanço. Isso é muito importante. Existe a decisão do STF. Consequentemente, o próprio Governador manifestou-se favoravelmente.

Se V. Exa. permitir, gostaria de dizer que o nosso Sul de Minas está muito feliz. Participei ontem, no gabinete do Governador, da assinatura do protocolo de intenções com a Siemens. Estavam presentes o Dr. Jorge, Prefeito de Itajubá, o Presidente da Câmara e o Dr. Adilson Primo, Presidente da Siemens. Com certeza, haverá geração de empregos em Itajubá. Serão R\$300.000.000,00 de investimentos, 600 empregos diretos e 1.500 em um ano e meio. Cumprimento o Dr. Jorge, Prefeito da cidade, o Presidente da Câmara, que desempenhou um papel importante na doação do imóvel, o Presidente da Associação Comercial, enfim, toda a população de Itajubá, que vai receber, oficialmente, a Siemens do Brasil, indústria alemã, em nosso Sul de Minas. Parabenizo o Dr. Adilson Primo e toda a diretoria da Siemens por escolherem o Sul de Minas. Isso, sem dúvida, demonstra a credibilidade da região e do governo do Dr. Jorge. Festejo esse momento com toda a região, particularmente, com Itajubá. Muito obrigado.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço as suas palavras, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parlamentar preocupado com o Sul de Minas. Parabenizo-o por mais essa ação. As autoridades sempre procuram V. Exa., porque sabem que tem competência e capacidade para atendê-las. Esse protocolo de intenções assinado com a Siemens trará melhorias para o Sul de Minas. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, peço a Deus que ilumine os seus passos, para que V. Exa. continue sendo um parlamentar atuante e preocupado com o seu povo.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Obrigado, Deputada Liza Prado. V. Exa., em seu pronunciamento, destacou a importância do Projeto de Lei nº 717, que altera e melhora a estrutura de cargos e salários do Tribunal de Contas do Estado. A solicitação formulada pelo Presidente dessa Corte, para que seja feita essa reestruturação, é muito bem-vinda. Como V. Exa. disse, as contas de ex-Prefeitos que estão longe das atividades públicas há 18 ou 20 anos ainda estão sendo apreciadas, e estão sendo apontadas, evidentemente, algumas irregularidades.

A Deputada Liza Prado* - Como não têm nem sequer acesso à documentação, não podem defender-se.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - É verdade. Os órgãos de controle, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado e a própria Controladoria-Geral da União - que auxilia na fiscalização das contas das reitorias universitárias - desempenham um papel fundamental na orientação e fiscalização dos gastos públicos. Vejo com muito bons olhos essa nova reestruturação do Tribunal de Contas, que possui auditores extremamente qualificados.

Além disso, representantes do Ministério Público trabalham dentro daquela Corte. Quando é realizada uma reunião dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas, a fim de se tomar alguma decisão, um representante do Ministério Público está sempre presente para auxiliá-los, orientá-los. Essa reestruturação será importante para que Prefeitos, gestores públicos municipais e até mesmo Governadores e o Presidente da República encontrem mais parceria com os órgãos de controle. Num primeiro momento, entendemos que é importante orientar, dar municiões jurídicas e legais para que o gestor público administre com transparência e eficiência.

O governo de Minas apresentou o projeto licitatório do prédio do Ipsemg, situado na Praça da Liberdade, para melhorar a rede hoteleira do Estado em função da Copa de 2014. Houve muitos questionamentos por parte de vários colegas da Casa, e com justiça, porque estão aqui para isso, mas o Ministério Público do Estado demonstrou que o edital de licitação do prédio do Ipsemg ocorreu dentro da legalidade, que não houve nenhuma irregularidade. O Tribunal de Contas do Estado já tinha apontado nessa direção, ou seja, o governo de Minas agiu com muita transparência no caso da licitação do prédio do Ipsemg situado na Praça da Liberdade, que será reestruturado, praticamente reconstruído, para a edificação que oferecerá um hotel de cinco estrelas à nossa população. Falou-se muito sobre o valor do aluguel, R\$13.000,00 mensais, mas não se falou sobre o volume que seria gasto, quarenta e tantos milhões de reais, para a reestruturação, para a reforma física do prédio, a fim de que tenha condições de funcionamento. Com o parecer do Tribunal de



Contas do Estado e do Ministério Público do Estado, acredito que a situação está bem-esclarecida. Quem ainda quiser questioná-la tem de seguir outros caminhos. À medida que os questionamentos são feitos, o governo do Estado dá respostas adequadas. A equipe do Governador Anastasia está de parabéns por o projeto do prédio do Ipsemg ter sido realizado de acordo com as normas legais e com transparência. Muito obrigado pelo aparte. Parabenizo V. Exa. pela importante intervenção.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço ao Deputado Rômulo Viegas.

A função pedagógica do Tribunal na gestão pública é importante. Agora há o procedimento do TAG, que, segundo o Deputado Antônio Júlio, é o termo de ajustamento. É preciso preparar cursos para que a gestão pública seja eficiente. Minha preocupação é grande. O Deputado que se manifestou anteriormente falou sobre as escolas. É fundamental que as escolas tenham apoio.

Estive com a Secretária Ana Gazzolla, que me disse que busca recursos para construir quadras e coberturas em quase todo o Estado. É uma mulher dinâmica e acredito no que disse. Estivemos juntas em algumas cidades da nossa região, como Araguari, e ela foi muito atenciosa. A proposta para as Diretoras de Escola está bem-elaborada. Solicitei que o servidor do Estado, quando estiver se preparando para um concurso ou estiver fazendo um determinado curso, tenha progressão automática. Ela está pensando apenas no interstício. A minha proposta foi aceita. Isso é fundamental. Não voto contra bons salários. Temos que resolver a questão do piso, a questão dos funcionários da Assembleia e dos outros servidores e precisamos de infraestrutura. Voto favoravelmente a isso. É uma proposta que mostrará que a Assembleia está preparada para sua nova função.

Temos que evitar administrações como a de Contagem, que me fez dar entrada a uma ação no Ministério Público contra a Prefeita, porque não respeita os 30% de compras de produtos da agricultura familiar. Na administração dela, a troca das empresas responsáveis pelos contracheques e pelos recursos humanos da Prefeitura causou um caos. No que respeita à educação, em Contagem, professores estão fora da sala de aula; as Funecs estão sendo fechadas. Se temos um Tribunal de Contas bem-preparado, podemos evitar uma péssima administração. Logicamente, no caso de Contagem, a Prefeita tem feito boa administração, é uma mulher combativa, mas andou escorregando, ao fechar as Funecs, que são um patrimônio do povo de Contagem. Tem desrespeitado os professores, colocados fora da sua função. A gestão pública precisa ser eficiente. São necessárias Prefeituras como a de Uberlândia, que ganhou prêmio na área da merenda escolar.

Podemos ajudar. Conversamos com a Secretária Gazzolla e lhe pedimos para, com a Secretaria de Agricultura, organizar as escolas estaduais e cooperativas para comprar os produtos, pois há agricultores familiares produzindo, mas, às vezes, não conseguem vender às escolas. Então, é preciso organizá-las. No Município de Uberlândia, estamos organizados. Na escola municipal, fizeram um trabalho bonito, e há a cooperativa que já vende verduras. É preciso que a Prefeita de Contagem aprenda um pouco com a nossa cidade em relação à merenda escolar.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. e a cumprimento, pois, de forma muito lúcida, está discutindo o projeto que traz uma novidade para o Estado: o Termo de Ajustamento de Gestão - TAG.

Deputado Antônio Júlio, apresentamos emenda, para que ele também tivesse a publicidade. Temos a modalidade do TAC, um dispositivo muito utilizado pelo Ministério Público, mas este não lhe dá publicidade, e muitos são lançados na gaveta. O Ministério Público de Minas Gerais não dá publicidade ao TAC.

Já tramitou nesta Casa um projeto por meio do qual os Promotores queriam instituir uma verba chamada plantão extraordinário, para os finais de semana. Era uma verba pequena, que girava em torno de R\$3.700,00, como gratificação. Vários Deputados desta Casa apresentaram emendas. Uma delas – de cuja autoria não me lembro - tratava da publicidade do TAC. Então, o Ministério Público, por seu lado, contra-argumentou, o que gerou - eu diria - um momento meio difícil na relação com os ilustres Promotores e Procuradores. Na época, o Procurador-Geral foi a Brasília e solicitou que o Procurador-Geral de Justiça desse entrada a uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que os Deputados estavam buscando um foro privilegiado, o que, na prática, não era verdade. Boa parte da imprensa apoiou a ideia do Ministério Público e disse que os Deputados estavam preocupados com esse privilégio, mas, na verdade, essa parcela da imprensa se esqueceu de que o projeto inicial tratava, única e exclusivamente, de uma gratificação extraordinária nos finais de semana para o Ministério Público, uma bagatela que girava em torno de R\$3.700,00, além da parcela do subsídio fixo, determinada pela Constituição da República, em seu art. 39, § 4º.

Quero cumprimentar V. Exa., pois, ao discutir esse projeto, também tratará do TAG. A lei não o permitirá, já que a emenda foi apresentada. Estivemos acompanhando a discussão na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para que esse TAG não vá para a gaveta. Como estabelece o “caput” do art. 37, a administração pública tem princípios norteadores: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como V. Exa. já disse. Esperamos que o Tribunal de Contas do Estado possa realizar o TAG, que é um dispositivo que ajuda muito, mas queremos a sua publicidade, queremos que não seja um mero expediente tratado da forma como o trata o Ministério Público.

Deputado Antônio Júlio, Deputado Zé Maia e Deputado Inácio Franco, quero dizer da minha insatisfação com o Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Alceu Torres Marques.

No ano passado, quando apresentamos duas emendas para tratar de publicidade no Ministério Público, ele me ligou e pediu que fossem retiradas as emendas, porque aquele projeto tratava da carreira dos membros desse órgão, porque isso não era certo e porque, em fevereiro deste ano, mandaria a esta Casa um projeto de lei que trataria de vários aspectos do Ministério Público. Um deles é a publicidade no TAC, a obrigatoriedade de responder à Assembleia Legislativa após 180 dias, conforme decidiu uma comissão parlamentar de inquérito que encaminhou seu relatório ao Ministério Público, mas não obteve retorno.

O Ministério Público não dá informações a esta Casa. Aliás, tem me causado cada vez mais estranheza e espanto a passividade dos Deputados. Infelizmente há passividade da nossa parte em exercer o que é nosso dever, nossa obrigação, não só pela Constituição da República, mas também pela Constituição do Estado: fiscalizar os demais órgãos e Poderes do Estado. Esta Casa continua quieta, passiva, não exerce o que o constituinte determinou. Portanto, esse é um bom momento para fazermos uma reflexão e lembrar ao Dr. Alceu Marques Torres que, há cerca de sete meses, em dezembro do ano passado, quando discutimos uma lei do Ministério Público,



ele nos disse: “Deputado, estamos concluindo um estudo coletivo em que estamos colocando alguns deveres para os membros do Ministério Público e, em fevereiro, iremos encaminhá-lo a esta Casa”. Até agora, esse projeto de lei não veio.

Quero deixar isso claro, Deputada, porque o Ministério Público encaminhará alguma coisa a esta Casa e, com certeza, nesse momento, não atenderemos ao Procurador-Geral de Justiça, retirando emendas que tratam da publicidade dos atos dos integrantes do Ministério Público.

Parabéns a V. Exa., que traz com lucidez assuntos de extrema relevância para a sociedade.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço, Deputado Sargento Rodrigues. Estive conversando com o Dr. Alceu e está para ser marcada uma reunião com o Sr. Presidente. Tenho a certeza de que esse projeto está sendo elaborado. Represento esta Casa no Conselho Gestor do Fundo, e vamos discutir o assunto com o Promotor de Defesa do Consumidor. Ele já disse que, realmente, precisava discutir esses projetos. O Conselho Gestor está se organizando. Creio que o Ministério Público tem feito um trabalho muito bom.

Vamos conseguir que esses TACs sejam publicados, porque concordo que é importante que sejam transparentes. O termo de ajustamento de conduta evita a notificação de muitas empresas que poderiam ajustar-se, embora, mesmo fazendo tudo correto, ainda sejam processadas. É fundamental que haja um termo de ajuste de conduta e que se possa dar publicidade, porque isso evita apenas os atos que são praticados por desconhecimento, e não por má-fé.

Quem inovou na área de direito, ao elaborar o TAC foi o Ministério do Trabalho, que considero muito ágil. Os Juízes trabalhistas são eficientes, estudiosos e conseguiram inovar. O termo de ajustamento surgiram em outros setores, o que é fundamental. O Tribunal de Contas prometeu adotá-lo, e também o Ministério Público. Creio que é um avanço. Vamos ter uma administração pública mais bem-preparada.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputada Liza Prado, quero aproveitar esta oportunidade, primeiro, para parabenizar V. Exa. pela brilhante exposição na defesa do Projeto nº 717/2011, do Tribunal de Contas. Quero também externar minha concordância com a aprovação do projeto. Sou favorável a ele, porque compreendo que o projeto tem dois instrumentos que considero importantes e corretos: o primeiro oferece melhores condições de assessoramento técnico às suas Câmaras. Esse assessoramento proporcionará, aliás, a valorização do servidor de carreira.

O papel do Tribunal de Contas é eminentemente técnico, e temos de valorizar o servidor de carreira, criar melhores condições para que os consultores e os técnicos possam auxiliar melhor. Qual é o propósito? Quando o Tribunal de Contas estiver funcionando melhor, estiver mais bem-assessorado, conseguirá com maior agilidade coibir o abuso de alguns gestores públicos, os mal-intencionados. Obviamente, é importante fazer registro, nobre Deputada Liza Prado, para que não haja dúvida. Há 853 Municípios em Minas Gerais, diversos órgãos das administrações direta e indireta, do Executivo, e afirmamos, com muita tranquilidade, que os gestores mal-intencionados são minoria. Eles são poucos.

A Deputada Liza Prado* - Há poucos ladrões também.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Às vezes, uma minoria compromete os que querem cumprir bem sua função, o seu papel. É importante que o Tribunal esteja preparado para coibir os abusos e punir com agilidade. Entra ano, sai ano, os maus gestores, que cometeram erros no passado, continuam a disputar eleições e a exercer cargos públicos. Queremos que o Tribunal seja ágil, apure as irregularidades, e aponte os responsáveis e puna quem tem de ser punido e enfatizamos que se trata de uma minoria, temos a convicção disso, Deputada Liza Prado.

Outro instrumento que considero exemplar é o Termo de Ajustamento de Gestão. Qual o propósito desse termo? O gestor bem-intencionado, o Prefeito de uma pequena cidade, possuidor de pequena estrutura, pessoa trabalhadora e honesta, que realiza um bom trabalho, às vezes, em virtude desse emaranhado de legislações - tributária, fiscal, administrativa, comete algum equívoco. Percebe-se logo que não há má-fé, mas talvez falta de compreensão da legislação. Qual o papel do Termo de Ajustamento de Gestão? É um papel pedagógico. O Tribunal de Contas vai apontar as eventuais irregularidades e mostrar como é feita a correção, estabelecendo prazo e condições. Dessa forma, aproveita-se o lado bom do gestor. O Termo de Ajustamento de Gestão, proposto pelo Tribunal de Contas, é isso, tem bons propósitos: punir quem age de má-fé, com agilidade, correção e direito à ampla defesa, observando-se o contraditório. Vai orientar quem tem alguma dificuldade.

Ilustre Deputada Liza Prado, por isso somos favoráveis a esse projeto. Concluo e felicito V. Exa. Considero-a uma Deputada dinâmica, que muito bem representa o Estado e que atira para todos os lados, o que é bom, é uma qualidade. V. Exa. esteve conosco em Bandeira do Sul, defendendo as famílias que perderam seus filhos, no acidente na rede elétrica. V. Exa. tem atuação marcante em Uberlândia, no Triângulo, faz o seu papel na Região Metropolitana, e percebo que anda muito preocupada com Contagem. Mas talvez, por causa do acúmulo de tarefas, V. Exa., às vezes, exagera um pouco na dose.

Gostaria apenas de dizer que sou de Contagem, sou parceiro da Prefeita Marília Campos, compomos o governo com ela, um governo que é muito bem avaliado pela população local. Marília é uma gestora exemplar, Deputada Liza Prado. Houve, no passado, maus gestores, que deixaram uma dívida assombrosa, fizeram mau uso do dinheiro, e o Tribunal de Contas, pela demora, teve dificuldade para puni-los. Queremos que os maus gestores sejam punidos com maior agilidade.

Quanto à Prefeita Marília Campos, ela tem modernizado a estrutura, tem cumprido seu compromisso. Deputada Liza Prado, fique tranquila, pois ainda terá muito tempo para se manifestar. É importante V. Exa. entender que a realidade de Contagem é um pouco diferente da de Uberlândia. Não sei se V. Exa. sabe, mas Contagem é uma cidade industrial e possui área rural muito pequena. Não há uma tradição de produção rural, não há produtores nem agricultura familiar. Em Contagem, há indústrias.

Deputada Liza Prado, gostaria de dizer-lhe que as contas de Contagem foram rigorosamente aprovadas pelo Tribunal de Contas e referendadas pela Câmara Municipal. A Prefeita está rigorosamente cumprindo suas obrigações. Não há nenhuma irregularidade. Contagem não possui agricultura familiar. Se se pode comprar merenda de Uberlândia ou de Esmeraldas, é outra coisa, é uma questão de política. Contagem não possui agricultura familiar porque é cidade industrial, operária; lá não se produzem alimentos, eles são produzidos em Esmeraldas, Betim e Uberlândia; não é o caso de Contagem. Contagem tem suas contas rigorosamente aprovadas; sua Prefeita atua com transparência e faz boa gestão. É por isso, Deputada Liza, que o Projeto de Lei nº 717/2011 é muito importante,



pois queremos, sim, que o Tribunal de Contas seja ágil, eficiente, puna quem tem de punir, para que não parem dúvidas sobre as pessoas, para que inocentes não paguem por culpados. Quem realmente tem de pagar são os que não cumprem suas obrigações, os que não cumprem a obrigação de levar o curso técnico profissionalizante, os que não cumprem a Emenda à Constituição nº 29, que garante 12% de verbas para a saúde.

Deputada Liza Prado, V. Exa., que trabalha muito, que é muito dinâmica, uma hora compreenderá isso. Acho que, se a Prefeita Marília Campos tem defeito, não é esse. Ninguém é perfeito na vida, mas na parte da ética, da transparência, da gestão exemplar, a Prefeita Marília Campos o é.

Mas V. Exa. está de parabéns por seu brilhante trabalho em Minas Gerais.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço-lhe, Deputado Carlin Moura. É preciso atirar onde se deve. E se em algum lugar houver coisa errada, e desrespeito à criança e ao adolescente, e merenda sem qualidade, lá estará a Deputada Liza Prado, em qualquer parte deste Estado, e não só neste Estado mas no mundo. Não podemos pensar que um Deputado deva se preocupar apenas com buraco na sua rua. Eu morei em Contagem, meu filho Paulo Prado nasceu nessa cidade, subi aquelas ladeiras, grávida, fotografando de porta em porta, diversas vezes, e conheço muito bem o local. Trabalhei naquelas indústrias, ajudei os sindicatos de Betim e Igarapé, atuei neste Estado arduamente. As Funecs estão sendo fechadas, e o Tribunal de Contas é importante para cooperar com a legalidade e a eficiência da gestão pública, porque tenho a certeza de que a legislação não está sendo cumprida em Contagem, em relação à merenda. É uma excelente Prefeita, mas deixa a desejar quando fecha as Funecs, foi uma promessa de campanha o não fechamento delas. É preciso comprometimento com o ensino técnico. O recurso continua o mesmo, e as unidades estão sendo fechadas. Defendo aqui os professores, defendo a moralidade e a transparência e creio que esse projeto fará com que o Tribunal fiscalize e exerça sua função com competência.

Digo a esta Assembleia que é importante que todos os Deputados se preocupem com a fiscalização, com a qualidade do ensino, preocupem-se com um Tribunal mais ágil.

Tenho a certeza de que um Tribunal mais ágil e mais eficiente é mais pedagógico que punitivo, o que ajuda o engrandecimento de nosso Estado.

Quero dizer que estarei onde houver um problema, estarei onde houver uma injustiça. Não pensem que esta Deputada age como uma “vaquinha de presépio”. Quero saber o que cada projeto realmente discute; quero votar em favor do povo; quero defender o nosso povo, defender o que é correto. Sobre o que estiver errado, doa a quem doer, vou falar em qualquer lugar. Essa é a atitude séria, a atitude correta. E tenho a certeza de que isso faz parte do caráter do Deputado Carlin, assim como do caráter de outros Deputados desta Casa. Todos votamos favoravelmente a um projeto que é importante, mas não podemos ficar calados quando vemos problemas em alguma gestão.

É preciso que as gestões sejam realmente eficientes. Eficiência significa rapidez e agilidade. Para que haja agilidade e rapidez, é preciso um projeto como esse do Tribunal, que oferece condições a seus funcionários. Espero que os funcionários que deverão receber a gratificação sejam os efetivos, os que ganham menos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Liza Prado, V. Exa. várias vezes volta ao tema de Contagem. Queria pedir...

A Deputada Liza Prado* - Não sei o que V. Exas. têm contra falar a verdade de Contagem...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Somos a favor de falar a verdade...

A Deputada Liza Prado* - Então, vamos falar a verdade da merenda que não está sendo cumprida lá.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - É claro que V. Exa. está no papel de fiscalizar, embora tenha a preferência de falar de Contagem, e não do governo do Estado, o que é uma preferência política...

A Deputada Liza Prado* - Falo também. Se houver algo errado, vou denunciar.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Existem várias coisas erradas, várias. V. Exa. já me ouviu falar sobre muitas, mas eu nunca vi V. Exa. fiscalizar o Estado. Mas...

A Deputada Liza Prado* - Não sou seguidora de V. Exa., sou seguidora do povo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - É, às vezes seguidora do Governador Antonio Anastasia, seguidora do Senador Aécio Neves também, e seguidora dos tucanos... É uma opção de V. Exa...

A Deputada Liza Prado* - Em nenhum momento V. Exa. viu...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Se V. Exa. não quer me dar aparte, posso falar posteriormente.

A Deputada Liza Prado* - É a verdade. Por favor, Deputado Rogério. V. Exa. é democrático, e eu gostaria de lhe conceder aparte. V. Exa. falou a verdade: nunca defendi o Aécio, nunca defendi nenhuma dessas pessoas a quem V. Exa. citou. Sempre defendi, na minha história, a população mais carente, os mais pobres. E tenho moral para usar esta tribuna! Defendo o que é correto e o que é certo e, se houver algo errado, vou denunciar! Se eu não concordar com algo, vou dizer que não concordo.

O Deputado Rogério e o Deputado Carlin sempre receberam o meu apoio, participei até de uma negociação. Por quê? Porque acho justo defender o piso para os professores. E sempre defendi. Da mesma forma, ajo em relação à carreira dos servidores da Justiça. Tenho de defendê-los também. Mas, se eu achar que indicar uma pessoa para um cargo, como o do Tribunal - sugeri aqui, dei a minha opinião -, vai ajudar, Deputado Rogério, os mais necessitados, darei a minha sugestão.

V. Exa. é muito democrático, é muito elegante, é uma pessoa de quem gosto muito, é muito educado. Eu gostaria que V. Exa. utilizasse o aparte que lhe concedi, porque é importante para a democracia. Se alguém estivesse falando sobre um assunto de que discordo e não me desse a palavra, eu ficaria muito contrariada. Gostaria de dar aparte a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Vou tentar, Deputada. Apenas quero fazer alguns esclarecimentos.

Em relação à verba para Contagem - verifiquei isso devido às críticas que V. Exa., pessoa a quem respeito, fez e porque também é minha obrigação saber o que a Prefeitura de Contagem diz -, não há nenhum centavo a menos na Funec, pelo contrário. O que existem são verbas a mais lá. Há uma demanda maior de ensino técnico não só em Contagem, mas também em Belo Horizonte e em outros



Municípios. Isso ocorre porque houve crescimento na demanda desse ensino, visto haver massificação, que é correta, do ensino público fundamental no Brasil todo. E Minas não é diferente das outras regiões.

Em Contagem, não há nenhum investimento do governo do Estado em ensino técnico profissionalizante. Tudo que lá chegou para o ensino técnico profissionalizante, Deputada, são recursos do governo federal, do Presidente Lula e, agora, da Presidenta Dilma, por meio do Pronatec...

A Deputada Liza Prado* - Estava dando um exemplo, Deputado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - ...e da Prefeitura de Contagem. Mas, do governo do Estado, não veio nenhum centavo, embora o ensino técnico...

A Deputada Liza Prado* - Não concordo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - ...médio e profissionalizante devesse contar também com recursos do governo do Estado. Então, essa crítica que V. Exa. faz, na minha visão - e gostaria de compartilhá-la com V. Exa. -, deve ser feita ao governo do Estado. Por isso digo que V. Exa., nesse caso, precisa mudar o foco e saber por que o governo Anastasia não investe no setor tecnológico em Minas Gerais e não faz nenhum investimento em Contagem. Esse investimento não é responsabilidade de Contagem. Pode verificar que isso ocorre em todos os Municípios e, provavelmente, também em Uberlândia...

A Deputada Liza Prado* - Ocorre.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - ...cidade de V. Exa., onde V. Exa. foi Vereadora, aliás, excelente Vereadora. Até já deve ter apresentado essa questão lá.

A Deputada Liza Prado* - Aliás, já conversei com (...) sobre isso, Deputado: a escola técnica realmente precisa de investimentos em Uberlândia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Não concordo com que a crítica seja dirigida à Prefeita Marília Campos nesse caso, porque ela é uma excelente Prefeita e tem boa aprovação da população, pelo trabalho sério que faz.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Deputado Rogério Correia, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 717/2011. Peço à V. Exa. que se atenha ao tema.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Estou falando sobre a importância de o Tribunal de Contas investir em uma questão que a própria Deputada expôs. Realmente Deputada, apesar de V. Exa. ter-me concedido aparte, não vou usá-lo, falarei depois. Quando é o Presidente que dirige a reunião, sempre tenho problemas, não consigo falar. Há sempre censura, até em um aparte que faço. Então, vou preferir falar depois, na hora do exame da LDO, porque, às vezes, muda-se a Presidência, e então, posso falar com liberdade. Obrigado.

A Deputada Liza Prado* - Esse projeto é importante, aliás, para as escolas técnicas, porque a fiscalização de cargos e a prestação de contas dos Municípios são fundamentais. Os Prefeitos prometem à população que vão abrir mais uma Funec, mais um ensino técnico, com recurso público. Sabemos que essa é a obrigação do Estado, mas, depois que o povo já demonstra todo o carinho por essas Funecs, depois que já há recursos próprios, como V. Exa. disse, exclusivos do Município, para sustentá-las, e dizem que elas não serão fechadas, e acabam fechando-as... Aliás, pedi à Secretária que colabore em parte, porque acho que elas não devem ser fechadas. Se o Município trouxe para si a responsabilidade que é do Estado, os cidadãos não podem permitir que as Funecs fechem as portas. É o que estou defendendo.

Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei nº 717/2011, com a fiscalização da prestação de contas, aliás, dos recursos que são enviados às escolas técnicas, com mais cargos, com certeza, teremos pessoas competentes para realmente mostrar quanto está sendo investido, para que também haja o apoio do governo. Agora, não podemos permitir, queridos pais, que as Funecs sejam fechadas. Reconheço que a Prefeita Marília é uma Prefeita exemplar e tem feito um bom trabalho. Deputado Rogério Correia, V. Exa. tem razão. Faço "mea culpa", se, na discussão do Projeto de Lei nº 717/2011, não disse isso, porque, realmente, é uma Prefeita a quem admiro, uma mulher combativa. Mas ela não deveria ter fechado um espaço tão importante. Essa responsabilidade é do governo, mas existe um orçamento próprio, parado como água de vaso, e muitas portas estão sendo fechadas. O povo não deve permitir isso. Foi o que disse. Agora, em nenhum momento, deixei de discutir o Projeto de Lei nº 717/2011. Agradeço o aparte dos Deputados. Voto favoravelmente, mas gostaria de deixar aqui as minhas opiniões e recomendações para ajudar o servidor de carreira - que mais necessita, que ganha menos - a ter essa gratificação. Achei o valor de até R\$10.000,00 muito alto. Mas deve ser porque não estou acostumada a lidar com grandes quantias, em razão da minha origem mais simples. De qualquer maneira, acho que não deveria ser dessa forma. Que Deus nos abençoe para que, em breve, possamos votar o aumento para todas as categorias que precisam ter melhores salários! Sempre apoiarei, seja Prefeito, seja Governador, seja Deputado, a quem trouxer propostas boas para o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, o Projeto de Lei nº 717/2011 começou a tramitar com divergências entre algumas pessoas, até porque faz uma reformulação no Tribunal de Contas. Por indicação do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tive a oportunidade de ser relator desse projeto no 1º turno e promover várias discussões. Aliás, o Presidente do Tribunal, o ex-Deputado Antônio Carlos Andrada, reuniu-se com o Bloco Minas sem Censura e deu todas as explicações sobre as necessidades da mudança que propôs. Da minha parte, entendi que o Tribunal precisa passar por uma grande reformulação. O Tribunal - fazemos essa crítica quase que sistemática - é conservador, às vezes, evita mudanças, tem medo de mudanças e de avançar, mesmo sabendo que os tempos mudam. Atualmente, o Presidente Antônio Carlos Andrada, no entanto, está preocupado em dar outra dinâmica ao Tribunal de Contas.

Já tive a oportunidade de criticar o Tribunal, chamando-o de "faz de conta", justamente pela estrutura arcaica que lá existe - ou existia. Tudo é muito demorado: 20 anos, 15 anos para analisar uma conta, 17 anos para anotar uma aposentadoria. Não há a mínima lógica em essas coisas ocorrerem no Tribunal de Contas.



Às vezes, fazem um levantamento do tempo de serviço de um funcionário do Estado aposentado há 15 anos e detectam que faltaram 3 meses para a pessoa se aposentar, que houve erro na contagem. Depois de 18, 15, 20 anos, querem que aquele funcionário volte a trabalhar 90 dias para completar o tempo de aposentadoria. Certas coisas não têm lógica. Isso não tem lógica. Por iniciativa nossa, o ex-Deputado e atual Conselheiro Antônio Carlos Andrada, mudou essa lógica e criou o sistema da prescrição. Todas as anotações de aposentadoria com mais de cinco anos foram anotadas como válidas, porque não justificava o Tribunal ter uma estrutura muito grande para analisar contas de 18 ou 20 anos atrás. Isso precisa ser modernizado. O Tribunal de Contas precisa, realmente, passar por uma reformulação, e é essa a proposta do Projeto de Lei nº 717/2011. Acreditamos que o Presidente do Tribunal fará a reformulação proposta. Essa reestruturação é necessária para que as contas dos Prefeitos sejam analisadas quase que em tempo real. Hoje, os dados serão lançados na internet, e um sistema detectará se tal Prefeito aplicou o percentual correto na saúde e na educação. Cobramos dele que faça isso também com o governo do Estado. O Tribunal cobra muito dos Prefeitos, principalmente dos menores, mas não usa a mesma exigência, a mesma força, para cobrar do governo do Estado. Então, temos a expectativa de que o Tribunal seja realmente um Tribunal de Contas, um Tribunal que dará sustentação aos Prefeitos em sua prestação de contas. Quantos são os casos de ex-Prefeitos em que, depois de cinco ou seis anos, o tribunal, analisando suas contas, descobre que há uma conta com erro, uma nota fiscal equivocada! Notifica o ex-Prefeito. O ex-Prefeito é adversário do Prefeito atual, a Prefeitura não libera os documentos necessários, e o coitado fica com todas as dificuldades para prestar contas. Então, o Projeto de Lei nº 717/2011 visa a acabar com isso. Esperamos que as contas sejam reais, que as contas que têm mais de cinco anos, e não foram analisadas, sejam arquivadas.

Fiz um projeto um pouco mais radical. As contas com mais de cinco anos que não foram analisadas, que o Tribunal não teve condições de analisar, deveriam ser queimadas. É mais radical. Ficar guardando aquela papelada lá... Há pouco tempo, um incêndio quase destruiu o Tribunal de Contas. Essa é apenas uma forma de ironizar a situação. Sabemos que o serviço público tem de fazer arquivamento, apesar de entender que vivemos outro tempo e não é preciso ajuntar aquela papelada toda.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, companheiro e Líder da Minoria, quero cumprimentá-lo, não só por esse pronunciamento, mas também pelo parecer de V. Exa. sobre esse projeto, do qual foi relator. Como V. Exa. já disse, o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Antônio Carlos Andrada, que foi Deputado nesta Casa, deu as explicações e expôs o objetivo do projeto.

Defendemos o controle das contas públicas por meio do Tribunal de Contas, mas queremos que haja, verdadeiramente, radicalização na transparência e no tempo necessário para a análise das matérias. Além de tudo, é muito importante pensar - e isso já está sendo feito - na informação e na formação dos agentes públicos, que devem cumprir a legislação. Os Prefeitos, representados por seus Secretários de Planejamento ou de Fazenda, devem ser instruídos sobre as leis que devem seguir. Estivemos em um desses seminários de formação e defendemos que se deve oferecer informação e formação a esses gestores, sobretudo os das pequenas cidades, que não têm equipe técnica suficiente. Colega Deputado que preside a Mesa, nessas cidades, muitas vezes o funcionário tem dificuldade de lidar com a lei, mas é o Prefeito quem responde pelos atos praticados. É injusto, e não concordamos, de forma alguma, com nenhum tipo de desvios. Como disseram os que me precederam, esses desvios são exceções, mas infelizmente existem. Nesses casos, deve haver o rigor da lei, pois não podemos permitir desvios nem corrupção. A grande maioria dos gestores enfrenta dificuldades e questões de burocracia. O atual Presidente tem tentado promover avanços e atualizar o trabalho do Tribunal de Contas. Queremos que esta Casa, bem como os demais órgãos públicos, exijam transparência. Isso só será possível se houver uma equipe técnica preparada e com número suficiente de funcionários.

Em Minas Gerais, há 853 Prefeituras, além da estrutura do governo do Estado. De fato, é muito trabalho. Portanto, a equipe tem de ser suficiente, tem de ter o perfil técnico necessário para realizar esse trabalho. Como foi demonstrado, creio que o projeto tem esse objetivo, por isso, o nosso voto é favorável a ele. Cumprimento V. Exa. por esse parecer, que nos possibilitou melhor analisar o projeto. Havia muitas dúvidas, mas o parecer de V. Exa., a presença do Presidente do Tribunal de Contas e de sua equipe técnica fizeram-nos compreender o objetivo desse projeto. Além disso, obtivemos informações precisas sobre a atualização do trabalho. As contas dos Municípios estão sendo julgadas mais rapidamente; antes ficavam até 15 anos à espera de julgamento. Assim, o gestor enfrentava várias dificuldades, visto que depois de anos fora da Prefeitura, sem informações, teria de responder, até criminalmente, por um ato que não havia praticado por má-fé.

Mais uma vez, de público, afirmo meu apoio a esse projeto. Além disso, ressalto a importância de fornecer às Prefeituras, bem como ao governo do Estado, um melhor conhecimento das leis, a fim de que haja melhor controle dos gastos públicos. É importante também se obterem as informações necessárias e em tempo hábil para que as contas sejam analisadas e aprovadas, se for comprovado que não houve nenhum problema nem desvio. Obrigada.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. O ex-Deputado e atual Conselheiro Antônio Carlos Andrada deixou-nos a expectativa de que haverá modernização no Tribunal de Contas. Infelizmente, a maioria dos Conselheiros, ao chegarem lá, acomodam-se. Não têm coragem de fazer mudanças na estrutura e vão deixando as coisas acontecerem. Sei que nesse órgão as pessoas precisam de determinação e coragem para empreenderem a modernização; ela é necessária, pois vivemos um novo tempo. O Tribunal passa por essa reformulação, e confiamos que ela ocorrerá, por causa da ousadia demonstrada pelo Conselheiro Antônio Carlos Andrada nas várias vezes em que esteve na Assembleia para explicar esse projeto.

Pela primeira vez, o Tribunal acompanhou ao lado da Assembleia a tramitação desse projeto, fornecendo as devidas informações. Alguns Deputados não tiveram oportunidade de acompanhá-lo, como disse a Deputada Liza Prado, porque aqui são desenvolvidas várias atividades ao mesmo tempo, e, às vezes, alguma atividade passa despercebida.

Todas as dúvidas foram explicadas, bem como o objetivo da mudança. Tive a oportunidade de me reunir com o sindicato dos funcionários por várias vezes, e houve avanços. Eles fizeram alguns questionamentos, e tivemos oportunidade de intermediar uma ou outra reivindicação. Vimos a importância de um projeto desses tramitar nesta Casa, com toda a transparência e tranquilidade. Sabemos que houve algumas divergências internas, porque o Deputado Mauri Torres estava sendo indicado para o Tribunal de Contas, e talvez servisse para beneficiá-lo. Essas conversas fazem parte da política, mas são conversas sem sustentação, pura fofoca.



Estamos aqui para cuidar do que é importante para o Estado de Minas Gerais, e o Tribunal de Contas, enquanto existir, continua sendo um órgão importante, que merece nossa confiança. Mas confiar, desconfiando... Quantas vezes ouvimos alguns Deputados chamá-lo de tribunal do faz de contas, porque lá as coisas não acontecem? Para muitos, é um Tribunal político, em que as decisões não são técnicas, mas sim políticas. É exatamente por isso, Deputado Luiz Carlos Miranda, que há muitas divergências. Há quem diga que o Tribunal de Contas deve ser um órgão puramente técnico, isto é, que seus cargos sejam preenchidos somente por concurso público, mas eu não concordo com isso. Concurso público não dá conhecimento a ninguém. Conhecem melhor o assunto os que frequentam a lide política. A maior faculdade que existe no mundo é a dos homens públicos. Podem questionar, falar e xingar, mas não existe conhecimento maior que o dos que passam pela vida pública, dada a experiência e a vivência que têm.

O Conselheiro do Tribunal de Contas passou por essa faculdade, que, infelizmente, é frequentada por poucos. Numa Prefeitura, por exemplo, em 100 anos, no máximo 25 pessoas terão condição de ocupar o cargo. Digo, no máximo, 25, porque é na melhor das hipóteses. As pessoas se assustam, mas é a verdade. Em 100 anos, apenas 18 ou 20 pessoas ocuparão uma Prefeitura, essa faculdade importante. Os políticos realmente têm toda a experiência da vida e das dificuldades.

O Tribunal de Contas tem papel importante. Quando ex-Prefeitos e ex-Deputados se tornam Conselheiros, eles levam para lá uma bagagem muito grande; entretanto, o que eles não podem fazer é se acomodarem, como ocorre com muitos deles que acham que por ser o cargo vitalício, muito bom, não precisam de mais nada. O ex-Deputado e hoje Conselheiro Antônio Carlos Andrada está fazendo justamente o contrário, porque ele está lutando para mudar as coisas e para dar agilidade às ações do Tribunal. Além do mais, tem enfrentado os preconceitos da Casa, o conservadorismo excessivo de alguns Conselheiros e até de alguns funcionários mais antigos, que têm medo de mudanças. Mudança só ocorre quando existe verdadeira liderança, isto é, um líder com vontade de fazê-la. Do contrário, não ocorrerá nada. E o Conselheiro Antônio Carlos Andrada está sendo essa grande liderança como Presidente do Tribunal de Contas. Estou muito confiante e espero não estar enganado nas minhas expectativas, acredito que não. A proposta e a ideia dele de colocar o Tribunal de Contas como órgão fiscalizador de falcaturas são fantásticas. Por outro lado, também não concordamos com o excesso de multas e com a falta de aprovação das contas de um coitado de um Prefeito por causa de burocracia na contabilidade pública. E com isso o Toninho está preocupado, por isso está propondo a criação do termo de ajustamento de gestão - TAG. Desse modo, sempre que for detectada a prestação de contas de um Prefeito, dentro do prazo do mandato, ele terá oportunidade de fazer aquela correição e evitar que, lá na frente, seja apenado. Quem faz falcatura e é desonesto no serviço público tem de ser punido com severidade. Os desonestos terão de pagar por sua desonestidade. Todos conhecemos os limites da nossa responsabilidade, por isso esperamos que o Tribunal de Contas tenha esse papel importante.

Num tempo mais curto, talvez ele possa detectar as falcaturas dos desonestos sem punir inocentes, pois estes, muitas vezes, são tratados com maior rigor do que os que fazem licitações fraudulentas, que levam vantagem, já que são espertos. Infelizmente, na maioria das vezes, verificam-se papel e números; entretanto papel e números são frios, nem sempre espelham a realidade.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, obrigado por me conceder este aparte. Gostaria de cumprimentá-lo, pois é um parlamentar que nos orgulha, que serve de referência para todos nós. Ouvindo-o, aprendo um pouco mais. O papel do homem público, como bem dito por V. Exa., enche a população de orgulho. As pessoas devem sentir orgulho de nós, não vergonha. E o senhor desempenha esse papel com bastante galhardia, com o preparo de um bom homem público. Por isso cumprimento-o pelas reflexões. Eu, que sou dirigente sindical, como já comentei com V. Exa., parece-me que as coisas aqui, às vezes, não são como estou pensando; deveriam ser mais ágeis. Hoje represento trabalhadores na Usiminas. Normalmente, fico numa portaria por onde adentram em torno de 20 mil trabalhadores, dos quais 80% ganham menos de R\$700,00. Aí vem a minha tristeza, porque vejo um país e um Estado ricos, onde muitos miseráveis seguram o desenvolvimento e o crescimento deste país. Quando discutimos a questão do Tribunal de Contas, fizemos algumas reflexões. É preciso que os nossos Conselheiros - o companheiro e grande amigo Deputado Mauri Torres foi indicado recentemente - tenham um comprometimento mais definitivo com a sociedade. Muitas vezes, alguns Prefeitos eleitos e não preparados para exercerem a função, ao assumir a direção de um Município, são punidos porque nós mesmos não os preparamos para que exerçam esse papel. Portanto suas reflexões, Deputado, são importantíssimas. Gostaria de cumprimentá-lo e lhe dizer que, neste parlamento, V. Exa. é uma referência, é uma pessoa de quem tenho orgulho de ser companheiro. Parabéns, Deputado.

O Deputado Antônio Júlio* - Muito obrigado, pelas palavras. Procuramos cumprir o nosso papel. Muitas vezes, as pessoas me questionam e me dizem que tenho vocação para a coisa pública, em decorrência do meu envolvimento com essas questões da sociedade. Larguei todos os meus negócios para ser um homem público. Faço isso com muita tranquilidade. Nenhum cargo me subiu à cabeça. Fui Presidente desta Casa e, tão logo deixei o cargo, já estava nas comissões trabalhando. Às vezes, alguns ex-Presidentes tinham alguma preocupação com isso. Acho que tenho um papel na defesa do nosso povo. Por isso tenho coragem de assumir algumas posições. Vejo hipocrisia principalmente por parte da imprensa. Os próprios políticos, às vezes sem quererem enfrentar problemas, preferem afastar-se e fingir que algo não está acontecendo.

Ontem fui o primeiro a descer da reunião que ocorreu no Edifício Tiradentes e tive a oportunidade de conversar com os vários grevistas que lá estavam. Percebi que prestavam atenção em mim, porque viram que eu não estava mentindo, nem enrolando, nem falando o que não ia acontecer. Quanto à reivindicação deles do valor do piso salarial, disse-lhes para esquecerem para este ano, porque o governo não terá condições de aplicá-lo. Teremos de rever esse conceito e as dificuldades. Além disso, o governo terá de encontrar uma nova sistemática de remuneração para o pessoal da educação. O que está faltando às vezes é um pouco de seriedade e as pessoas terem coragem de enfrentar os problemas, que, aliás, são muitos. Não adianta ficarmos escondendo nem mentindo para as pessoas. Esse projeto do Tribunal de Contas veio em boa hora. Pelo que demonstra para todos nós, com todo o seu gás e a sua vontade, o Toninho não é um Conselheiro acomodado. Aliás, errará muito, pois, conforme já disse, quem faz erra, mas pelo menos quer fazer e dar agilidade. Na realidade, teve tempo, correu atrás e, por várias vezes, veio à Assembleia e se reuniu com vários Deputados e o nosso Bloco Minas sem Censura, por mais de duas horas. Então obtivemos toda a explicação da lógica dessa modernização. O Deputado Rômulo Viegas noticiou que o Ministério Público deu como válida a licitação do prédio do Ipsemg. É



lógico que teremos de acatar isso. No entanto, continuaremos questionando porque não concordamos. Pela lógica deles, são R\$13.000,00 de aluguel e mais R\$40.000.000,00 de investimento. O que isso representa para o Ipsemg? O que isso acrescenta ao projeto do Ipsemg? Daqui a 35 anos? Essa é a discussão que fazemos. O próprio Ministério Público, que alugou um prédio de três andares e paga R\$25.000,00 por mês, poderia ter ido para lá. Fazendo um investimento de R\$40.000.000,00, fica lá 35 anos.

Qual é o problema? Está certo que a proposta da licitação estava bem definida, pois era para a construção de um hotel de luxo. Entendemos isso, mas continuarei questionando, porque não posso concordar que também tenha todos os ingredientes para dar errado lá na frente. Como o governo justificará, perante o povo mineiro e de Belo Horizonte, que vendeu um prédio de 12 andares, com 12.000m² de área construída, na Praça da Liberdade, por R\$13.000,00 por mês? Não existe justificativa. Aliás, a justificativa que dará o Deputado Gustavo Valadares - e terei o prazer de ouvi-lo - é que o empreendedor fará um investimento de R\$40.000.000,00. Sei que fará, mas não para o Ipsemg, e sim para ele, que alugou o local a fim de dele usufruir, durante 35 anos, podendo ter esse prazo renovado por mais 35. Gostaria de ouvir o Deputado Gustavo Valadares, pois já fizemos aqui vários debates sobre essa matéria, que é bastante interessante e importante. Sr. Presidente, está havendo um equívoco da assessoria, porque estamos falando sobre o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas no todo. Chegarei lá. O Tribunal de Contas está analisando esse projeto. Estamos dando estrutura para o Tribunal de Contas dar o seu parecer. Então, ia chegar lá. Por isso, dei outro exemplo. Como V. Exa. sabe, sou subscritor de uma ação no Ministério Público e no Tribunal de Contas. Ainda temos duas ações correndo no Tribunal de Contas contra essa licitação. Por isso esse projeto veio. Nunca fugi do tema. O Tribunal está se organizando para julgar essa nossa conta lá. Portanto, Sr. Presidente. Estamos dentro do tema.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Tratarei também do tema. O Deputado Antônio Júlio tem razão, porque estamos tratando do Tribunal de Contas e, em paralelo, do Ministério Público. Coincidentemente esses dois órgãos têm o papel de fiscalizar licitações e as contas do poder público do Estado. Ontem tivemos essa novidade. E até utilizando essa mais nova ferramenta que tenho em mãos, o Ipad, estou vendo que saiu no primeiro caderno do "Diário do Comércio" de hoje, 15 de julho: "Ministério Público do Estado aprova processo licitatório do prédio do Ipsemg". E continua - abro aspas -: "Não houve discrepância em relação aos valores, sendo lícito afirmar que o investimento a ser efetuado no imóvel durante o início do contrato" - os 46 milhões - "potencializará e valorizará o bem público de forma significativa," - fecho aspas - "reconheceram os Procuradores". E esses Procuradores que vou citar são aqueles que sempre gostam de aparecer na mídia e tal, Eduardo Nepomuceno e Leonardo Barbabela. São sempre os mesmos. Vão atrás de tudo aquilo que sai na imprensa para questionarem. Foram esses que deram essa notícia hoje de que não há nada de errado. Muito pelo contrário, o processo licitatório foi totalmente lícito e vai valorizar o bem.

V. Exa. diz que o prédio será reformado para uso do hotel, e é verdade. O Estado tem consciência e deixou isso claro para todos. O prédio será utilizado por um hotel do melhor nível no mundo, durante 30 anos. Depois desse período, todo aquele patrimônio que foi construído - os 46 milhões que agora serão utilizados e mais as reformas que serão feitas ao longo desses 30 anos - vão retornar para o patrimônio do Ipsemg e, conseqüentemente, dos funcionários ativos e inativos do Estado, que têm relação com o nosso Instituto de Previdência. Quero apenas dizer a V. Exa. que tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas do Estado reconheceram a licitude do processo, entenderam que essa obra trará inúmeros benefícios para Minas, a começar por um hotel do melhor nível que precisamos ter em Belo Horizonte já visando até a Copa de 2014. O mais importante é que vai beneficiar o patrimônio público, porque daqui a 30 anos - e V. Exa. sabe que, para mim e para V. Exa., 30 anos é muito tempo, mas para o Estado não é -, tudo isso vai voltar para o Ipsemg e para os seus funcionários. O Tribunal de Contas e o Ministério Público, órgãos que têm o papel e a obrigação de fiscalizar os atos do poder público do Estado deram aval a esse processo licitatório, à construção do Hotel Fasano no antigo prédio do Ipsemg, que se situa na Praça da Liberdade. Agradeço a V. Exa. e ao Presidente o aparte.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Gustavo. Esse debate é importante. A licitação foi dirigida, é claro. Não quero aceitar, porque estávamos cansados de saber que o resultado seria esse, pois os interesses são grandes. O que discuto é que o investimento naquele prédio não representa nada para o Ipsemg. O governo poderia ter vendido. Seria muito melhor o governo já dizer que venderia o prédio, que ele seria preservado porque está tombado pelo patrimônio. E pode ser vendido pela metade do preço, não tem problema nenhum. Mas o dinheiro oriundo dessa venda seria investido, por exemplo, no hospital do Ipsemg. Essa é a discussão que fazemos. Falar que vai agregar 40 milhões ao Ipsemg daqui a 35 ou 70 anos... Essa dúvida fica: se não alcançarmos o nosso intento de anulação dessa licitação, vamos acatar a decisão, porque fizemos o nosso papel. Apresentamos a denúncia, levamos a documentação, não concordamos com que o Estado venda um patrimônio de 12.000m² de área construída em plena Praça da Liberdade por R\$13.000,00 por mês. Ninguém vai concordar, e não existe explicação. A única explicação que dão é que haverá um investimento de 40 milhões. O Tribunal de Contas tem de passar por uma reformulação para ser ágil nessas discussões, até porque, se for conferir legalidade ao processo licitatório, que seja decidido o mais rápido possível, para que aqueles que ganharam - indiferentemente se vamos questionar o valor ou não - tenham condições de começar a fazer as reformas necessárias à concretização do empreendimento. Não questiono o empreendimento. Todo empreendimento tem importância e valor para Minas Gerais e para Belo Horizonte. Mas entregar um patrimônio de 12.000m² por R\$13.000,00 gera uma dúvida muito grande.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Aproveitando a oportunidade, uma vez que fugimos do tema da discussão do Projeto de Lei nº 717, gostaria de registrar uma grande conquista para o Estado de Minas Gerais. Com a presença do Governador Antonio Anastasia, na semana passada, inauguramos no Hospital do Câncer de Muriaé mais um equipamento moderno para o tratamento dessa doença, especialmente voltado para pacientes que dependem de radioterapia. Sabemos que radioterapia é um tratamento muito agressivo e acaba somando sequelas aos efeitos da própria doença. Esse equipamento permitirá tratar a doença sem afetar os órgãos adjacentes e atenderá não só a Minas Gerais, mas também aos Estados vizinhos. Sabemos que mais investimentos estão vindo para a saúde, pois a necessidade da população é grande. Há amplas campanhas de prevenção, mas, muitas vezes, estão direcionadas apenas para a teoria: informam que as pessoas precisam fazer mamografia, mas, na verdade, em muitos casos os exames não estão acessíveis a toda a população. Precisamos lutar por uma medicina preventiva efetiva e que ofereça oportunidade de acesso a



exames a todos, especialmente aos mais carentes. Dessa forma, os diagnósticos podem ser feitos na fase inicial, quando se gasta muito menos e ainda é possível a cura. Parabéns pelo pronunciamento. Deixo mais esse relato sobre o avanço da saúde em Minas Gerais.

O Deputado Antônio Júlio* - Parabenizo e agradeço as palavras do Doutor Wilson Batista. Estamos encerrando hoje os trabalhos com muita satisfação. Nos últimos 15 dias, a Assembleia foi palco de greves, de divergências, de problemas. Por meio do nosso Bloco e sob a liderança do Deputado Rogério Correia e do Deputado Dinis Pinheiro, o nosso Presidente, que entendeu a importância da Casa na mediação dos conflitos, ficamos muito satisfeitos com os avanços do processo e da votação de quase todas as matérias que estavam pendentes. Tudo isso mostra a capacidade do Parlamento quando quer conversar. Ficar só discutindo não nos leva a nada. O Parlamento é um local de divergências, mas sempre com a ideia da convergência, no que é bom para Minas Gerais. Parabenizo o Deputado Rogério Correia pela participação no processo. Estivemos juntos em todas as negociações. Ontem, o governo também deu a sua contribuição com muita tranquilidade. Ficamos satisfeitos ao ver que a Secretária Renata Vilhena, que hoje é a mulher mais forte do governo, esteve aqui antes das 8 horas, voltou à noite e saiu depois de 21h30min e manteve uma conversa tranquila com o nosso Bloco e com os movimentos dos servidores, especialmente da educação. Ficamos felizes de encerrar o primeiro semestre com essa vitória, não da forma como gostaríamos, mas mostrando que, nesta Casa, quando há vontade, as coisas acontecem.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, concordo com V. Exa. sobre a análise feita ao Projeto nº 717/2011, em discussão, cuja participação foi fundamental no debate. Apresentamos emendas que - julho - fizeram certo saneamento no que o Tribunal de Contas solicitou a esta Casa e que consideramos justo. Fizemos emendas, limitamos contratações de cargos, sempre comandados por V. Exa., que fez a análise do projeto em nosso Bloco. Considero que foi uma conquista essa melhoria por meio das emendas ao projeto de lei e, portanto, votamos favoravelmente à proposição. Ontem, o governo finalmente entendeu que precisa negociar com a Oposição. O governo passou um semestre procurando desarticular o Bloco. Primeiro, tentou fazer com que a Oposição não existisse, o que já é um modelo, pois o Governador Aécio Neves passou oito anos tentando desarticular a Oposição. Os que se opunham ao seu governo eram colocados no limbo, à parte. Isso foi feito na sociedade, de modo geral, e também aqui. Imagino o quanto os Deputados sofreram nos últimos quatro anos. Estive aqui nos primeiros quatro anos e já era difícil!

Depois, ele consolidou ainda mais essa visão de não permitir espaço para a Oposição. Penso que o Governador Anastasia entrou, infelizmente, na mesma toada, pois tentou desarticular a existência do Bloco, que, ao contrário, se consolidou e se fortificou. O Minas sem Censura é uma realidade estadual e uma referência de oposição, muitas vezes, em relação ao que é fiscalizado aqui em Minas Gerais. Até agora, eu e V. Exa. tivemos a honra de ser líderes desse Bloco. O governo tentou desarticulá-lo depois e até escalou representantes importantes para discutir com os Deputados, a fim de tirá-los do Bloco. V. Exa. acompanhou essa infeliz investida do governo, que não conseguiu concretizar-se. O Bloco termina agora com um papel importante. Ontem, finalmente, o governo sucumbiu ao processo democrático. Se há oposição, tem de dialogar com ela. V. Exa. disse muito bem que fazemos oposição de acordo com um programa, e também o dissemos o tempo inteiro. A nossa oposição é programática, pois apresenta aquilo que julgamos que precisa ser, de fato, discutido e melhorado. Essa tem sido a nossa atuação, e, ontem, demos prova disso. Ressalto esse papel do Bloco.

Finalmente, ressalto também o papel de V. Exa. quanto à denúncia em relação ao hotel do Ipsemg. O fato de o Ministério Público dizer que o procedimento licitatório foi legal e sem problemas não significa - retornando ao assunto do Tribunal de Contas e do Ministério Público, que estamos discutindo - que as críticas que apresentamos estejam incorretas. As críticas permanecem, pois alugar um prédio com 12 andares, na Praça da Liberdade, no local mais luxuoso da cidade, por R\$12.000,00 ou R\$13.000,00, com uma única empresa concorrendo, é um negócio péssimo para o Estado. É bom para o Dr. Fasano, que alugará o prédio por 35 anos e pode renovar o aluguel por mais 35. Provavelmente ocupará o imóvel por 70 anos, que terá dinheiro aplicado do BNDES e do BDMG. Ele, sim, ganhará mundos e fundos e ficará mais rico do que já é. Para o Estado e para o Ipsemg, que está sucateado, qual será a vantagem? As críticas que V. Exa. levantou permanecem, pois o governo não consegue responder a esta simples questão: vale a pena alugar um prédio, na Praça da Liberdade, por R\$12.000,00 para transformá-lo em hotel de luxo? Isso servirá para enriquecer quem? O que ganham com isso o Ipsemg e o Estado? Acredito que só perderemos, e as críticas de V. Exa. permanecem vivas e corretas.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Rogério Correia e demais Deputados. Espero que tenhamos um bom recesso, apesar de curto, graças a uma emenda do Deputado Ivair Nogueira, que o reduziu, para que possamos voltar, no segundo semestre - já que o governo aprendeu a enviar vários projetos importantes -, com mais energia, para discutirmos até o final do ano.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 717/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 823/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 824/2011, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fronteira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 846/2011, do Deputado Delvito Alves, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica à Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Pico - Aprofap -, com sede no Município de Unaí. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 846/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.801/2011, do Deputado André Quintão, que altera dispositivo da Lei nº 2.262, de 23/6/1996, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, estava inscrito para discutir o projeto, por 60 minutos, mas, com a finalidade de agilizar a pauta para fazermos uma discussão aprofundada da LDO, retirei a discussão. Farei apenas uma rápido encaminhamento porque o assunto é importante. Esse projeto de lei segue a linha da Lei Federal nº 12.435, sancionada pela Presidenta Dilma, que transforma e formaliza o Sistema Único da Assistência Social. O Suas é amparado por uma norma operacional básica, por uma resolução. Não há garantia legal que sustenta o Suas. Após uma luta de quatro anos junto ao Congresso Nacional o ex-Ministro Patrus encaminhou, juntamente com o Presidente Lula, o projeto ao Congresso, que foi aprovado e sancionado pela Presidenta na semana passada. Aqui em Minas um projeto similar tramitou também. Assim que o governo federal entrou com o projeto no Congresso, entramos com projeto similar, na legislatura passada. Aqui em Minas esse projeto foi aprovado pelos Deputados desta Casa e transformou-se na Lei nº 19.444, sancionada pelo Governador Anastasia em janeiro. Só que a lei delegada revogou, em lei de minha autoria, sancionada pelo Governador, dois artigos que permitiam a transferência regular e automática do recurso, bem como a autorização para que os Prefeitos pudessem utilizar parte do recurso para a constituição de equipes de referência nos centros de referência da assistência social. Ou seja, permitindo a contratação, por concurso público, de servidores. Em negociação, com o governo do Estado, aguardamos a aprovação da lei federal para voltarmos com esses dois artigos, que constavam da lei anterior e que a lei delegada revogou. Felizmente, a Presidenta Dilma sancionou esses dois artigos, que são muito importantes para os Prefeitos. Todos os recursos transferidos, na área da assistência social, do fundo estadual para o fundo Municipal, agora terão transferência regular e automática. É uma espécie de vinculação. Por exemplo, o Fundo Mineiro de Assistência Social tem aproximadamente R\$15.000.000,00 em recurso. Até 2014, se esse não houver emenda do governo aumentando o valor, serão quase R\$60.000.000,00. Então, é um recurso carimbado, que vai para a Prefeitura exatamente para ela aplicar no Suas.

Hoje, estamos aprovando, aqui, este projeto. Agradeço aos Deputados, que possibilitaram uma tramitação recorde. A lei da Presidenta Dilma foi sancionada na quarta-feira e na quinta já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço ao Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão. Depois, o projeto foi aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e agradeço também ao Deputado Zé Maia. Ontem, ele foi aprovado, em 1º turno, no Plenário, e hoje está em andamento em 2º turno. E como há acordo com o governo, tenho certeza de que ele será sancionado. Minas Gerais, Deputado Dalmo, será o primeiro Estado a ter a sua legislação estadual rigorosamente alinhada com a legislação federal. A legislação da assistência social é de 1996. Depois de 1996 muita coisa mudou, vieram novas políticas públicas, mudou o próprio Suas, mudaram os programas de transferência de renda. Fico muito feliz e isso é motivo de orgulho para esta Assembleia. Se não houvesse empenho de todos os partidos e das Comissões, esse projeto não chegaria aqui com essa rapidez. Será muito bom para o Estado porque, a partir de agora, os Municípios terão flexibilidade. Isso vai permitir que o Município faça o cálculo do que é repassado pelo governo federal e pelo Estado, mês a mês. O Conselho Nacional determinará a parte que o Município pode utilizar. Poderá usar essa parcela, por exemplo, para abrir concurso público para psicólogo, sociólogo e assistente social. Será criada uma equipe estável e de referência da assistência social naquele Município, que será imune a mudanças de Prefeitos, de partidos, a crises econômicas e a cortes de verba. Conforme estabelece a lei, o recurso é regular e automático.

Pode haver um subproduto na linha de capacitação e qualificação de trabalhadores. Hoje, como a relação é muito precária, o contrato de trabalho é precário. O governo do Estado faz capacitação, o governo federal faz capacitação, às vezes, o próprio servidor faz uma especialização, por exemplo, um mestrado. Como o salário é limitado, quando estiver capacitado, esse servidor vai procurar um emprego melhor. Então, todo aquele recurso será jogado fora. A própria população perderá com isso. Como o Prefeito não tem essa segurança, os salários são rebaixados e é concedido muito prazo. Infelizmente, se formos a um centro de referência e procurarmos um profissional, receberemos a informação de que ele só trabalha ali nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras.

Com certeza, na área da assistência social, nos últimos anos, esse projeto é o mais importante que estamos aprovando nesta Casa. Isso é bom, porque realizaremos, neste ano, a Conferência Estadual da Assistência Social. Faremos uma ampla divulgação dessa lei para o Estado de Minas Gerais e também para o Brasil, porque é importante que os demais Estados brasileiros façam o mesmo. A lei federal cobre recursos federais, mas, se os Estados não fizerem suas leis, somente o governo federal, num sistema de cofinanciamento, nada resolverá. Então, é muito importante que outros Estados brasileiros sigam o exemplo de Minas Gerais.

Esse é um projeto muito importante. Infelizmente, às vezes, as questões da área social só têm visibilidade quando é exposto o lado negativo, por exemplo, quando alguém assassina um morador de rua, quando alguém coloca fogo em um índio. Isso tem visibilidade, mas o que de bom que a Assembleia e os Deputados sempre têm feito não tem essa visibilidade. Como a TV Assembleia é um importante meio de comunicação, quero dizer que Minas Gerais será o primeiro Estado do Brasil a ter uma legislação moderna, que fortalece uma política pública estratégica para os pobres do País, num ano em que o governo federal e os governos estaduais, o de Minas inclusive, estão empenhados no desafio ético de superação da pobreza extrema.

Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da comissão especial que analisou uma PEC de minha autoria, que insere na Constituição do Estado a erradicação da pobreza extrema como um dos princípios fundamentais de razão da existência do Estado de Minas Gerais. Agradeço também ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que foi o relator da mesma PEC. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço os elogios feitos por V. Exa. numa reunião noturna extraordinária. Embora o clima estivesse bastante tenso e a pauta muito congestionada, V. Exa. teceu elogios a essa PEC. Quero agradecer-lhe. A nossa Constituição não fazia qualquer menção a uma busca estratégica de superação da pobreza em nosso Estado. Essa PEC foi apresentada. O Deputado Adelmo Carneiro Leão elaborou um relatório favorável, sob a condução do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e das Deputadas e dos Deputados membros da comissão especial que analisou a matéria. Essa PEC foi aprovada em tempo recorde. Agora, ficará a cargo do Presidente da Assembleia, que também nos delegou a condução do seminário legislativo de superação da pobreza em Minas. Vamos



realizar 11 encontros regionais entre os meses de setembro e outubro. Estamos concatenando essas ações, aprovando a PEC, transformando o Suas em lei no Estado. Ao discutirmos a LDO e o PPAG no segundo semestre, é importante criarmos mecanismos orçamentários para o Estado, a fim de que as nossas leis fiquem cada vez menos só no papel e sejam traduzidas no dia a dia dos cidadãos. Encaminho favoravelmente ao projeto. De público, agradeço a todos os Deputados e Deputadas de todos os partidos. Essa é uma lei construída por todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.801/2011 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.697/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 14 a 16, 18, 19, 40, 42, 43 e 157, apresentadas por parlamentares, com a Emenda nº 86, apresentada pelo Bloco Minas sem Censura, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5, 12, 53, 54, 63, 77, 79 e 81, e com as Emendas nºs 159 a 162, apresentadas ao final deste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 6, 7, 9 a 11, 13, 20 a 39, 41, 44 a 49, 55, 57, 58, 60 a 62, 64 a 68, 70 a 76, 80, 82 a 85, 87, 90, 91, 93 a 100, 102 a 110, 112 a 150, 152, 154 a 156 e 158. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ontem tivemos oportunidade de aprovar, na Comissão de Fiscalização Financeira, o Projeto de Lei nº 1.697. Posteriormente apresentaremos alguns destaques. Quero tecer alguns comentários e solicito a compreensão e o apoio dos Deputados e Deputadas - dirijo-me também aos telespectadores e àqueles que nos acompanham pelo "site" da TV Assembleia -, para apresentar um breve relato dessa experiência.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Legislativo brasileiro, municipal, estadual ou federal, fecha o primeiro semestre da ação parlamentar. Ontem, no Congresso Nacional, vimos o encerramento das atividades a partir da votação da LDO, ação prioritária do governo em 2012. Tivemos a oportunidade de estudá-la e apresentamos 10 emendas que foram rejeitadas, mas destacarei algumas para, no encaminhamento da comissão, pedir o apoio dos Deputados para aprofundarmos o debate sobre essa lei.

Agradeço a todas as comissões e a todos os funcionários da Assembleia Legislativa. Eu e mais 25 Deputados iniciamos os nossos trabalhos na Assembleia, exercendo o primeiro mandato de Deputado Estadual.

Não tenho dúvida de que, com as nossas conversas e os debates, pudemos aprofundar não só a nossa relação política pessoal como também o conceito coletivo do parlamento democrático. O debate é muito importante para o processo de aprofundamento democrático do nosso Estado, sobretudo neste final de semestre. Tenho a honra de compor, como Vice-Líder, o Bloco Minas sem Censura e, nesse processo de greve da saúde, da Polícia Civil e dos professores que houve no Estado, o final foi muito bom.

Queria encerrar o semestre fazendo essa avaliação. Com toda a tensão e disputa da Oposição e da Situação, não tenho dúvida de que encerraremos o semestre com uma avaliação muito positiva. O governo se dispôs a conversar. Houve o encaminhamento das propostas da área da saúde. Daqui a pouco, ouviremos o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresentando os avanços nessa área e também já sabemos dos avanços na proposta da Polícia Civil. Além disso, houve a proposta de um início de diálogo na área da educação.

A categoria ainda permanece em greve, o que foi aprovado na assembleia de quarta-feira. Ontem, tive oportunidade de participar durante todo o dia das reuniões e, no fim da noite, no final da primeira reunião da composição do acordo da Comissão, pude perceber disposição da parte do governo de encaminhar propostas que não atingem o ponto central da discussão da greve, que é o piso, mas que destacam outros pontos que a categoria avalia como positivos. Também da parte do sindicato, houve uma boa receptividade e, durante a semana, eles encaminharão a discussão para a sua categoria, a fim de avaliar se continuarão em greve ou se farão um recesso de greve num processo de negociação.

Nesse contexto todo, neste Plenário, à frente de todos os Deputados e Deputadas e de todo o público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelo "site", não tenho receio de fazer uma avaliação positiva do semestre. Houve muito trabalho; aliás, intenso. Tive oportunidade não só de conhecer vários Deputados e aprofundar o debate, mas também percorrer toda a nossa região Sul de Minas, conhecendo mais demandas e articulando a nossa ação. Faço aqui uma ótima avaliação.

Nesta semana, comemoramos, em todo o Brasil, os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o Deputado Rômulo Viegas, com muita honra - ele como efetivo, eu como suplente -, representamos a Assembleia Legislativa no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A LDO é uma oportunidade também. Sabemos que a Comissão de Participação Popular, com a liderança de nosso Deputado André Quintão, apresentou várias emendas que garantem os direitos de nossas crianças e adolescente e, ao longo do segundo semestre, aprofundaremos nossa ação. Teremos conferências municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes em todos os Municípios e, com nossa ação, seja na Frente Parlamentar, aqui na Assembleia Legislativa, seja representando esta Casa junto com o Deputado Rômulo Viegas à frente do Conselho Estadual, poderemos acompanhar as políticas de implementação desses direitos no Estado.

Sr. Presidente, tivemos oportunidade de apresentar 10 emendas à LDO. Quero parabenizar o Deputado Romel Anízio pela disposição ao diálogo e pelo encaminhamento da votação. Queria fazer destaque de duas emendas de nossa autoria: a 147 e a 148. A Emenda nº 147 propõe que se acrescente ao texto da LDO o seguinte: "A Lei Orçamentária para 2012 deverá ampliar os recursos financeiros disponíveis para a ação 4.245", ou seja, a regionalização do turismo, com o objetivo de dotar as associações dos circuitos turísticos mineiros de infraestrutura básica para o seu funcionamento. O Decreto nº 43.321/2003 dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos para os fins de promoção da política de turismo no âmbito do Estado. Os circuitos turísticos são entidades sem fins lucrativos, integradas por membros da sociedade civil e do poder público estadual e municipal. Existem atualmente 42 associações de circuitos turísticos certificadas pela Secretaria de Turismo. Participam da política pública de apoio ao turismo ou integram o projeto

estruturador Destinos Turísticos Estratégicos da área de resultados Rede de Cidades e Serviços e se constituem hoje, na realidade, no principal foco de atuação da Setur para o desenvolvimento turístico regional.

Como membro da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, sabemos da importância que os circuitos turísticos exercem na ponta, em cada região do Estado. Esses 42 circuitos, divididos em todo o Estado de Minas Gerais, exercem, com muita competência, a implementação da política de turismo no Estado. Qual é o problema que vemos? Falta infraestrutura para que os circuitos executem essa política, talvez com mais agilidade. Eles planejam muito bem, detectam a demanda, organizam os Municípios nesse sentido.

Estão aqui os Deputados Rômulo Viegas e Pompílio Canavez, que compõem a nossa Comissão. Realizamos uma excelente audiência pública no Sul de Minas, para planejar a nossa ação lá, com todos os circuitos turísticos. Nessa audiência, uma das grandes demandas dos circuitos turísticos que ouvimos foi exatamente condições para o trabalho. Equipe técnica, voluntários de competência, planejamento, dedicação, qualificação temos aos montes, em cada um desses 42 circuitos turísticos que citei aqui. Muitas vezes o que falta são condições - carro, telefone, infraestrutura - para que os profissionais executem, com a competência que têm, o trabalho que lhes é cobrado, a que são dedicados e de dever, em função do papel que o circuito turístico exerce hoje no planejamento da política de turismo do Estado.

Então, que seja acrescentada à Lei de Diretrizes Orçamentárias essa proposta, para que o Estado garanta essa estrutura mínima. Acredito que outros Deputados tenham interesse nisso também, até mesmo para que possamos, nas emendas, destinar parte dos recursos para esses circuitos executarem melhor as suas ações. A nossa Emenda nº 147 vem nesse sentido, e eu gostaria de pedir a compreensão dos Deputados porque, no destaque que faremos, queremos contar com o apoio de V. Exas., a fim de podermos acrescentar ao texto da LDO essa proposta de emenda, que apoiará os nossos circuitos turísticos em todo o Estado.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo trabalho brilhante na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, por seu desempenho, de maneira geral, no dia a dia da Assembleia e no nosso Bloco Minas sem Censura. O senhor é Vice-Líder do nosso Bloco e tem feito um belo trabalho junto do Deputado Rogério Correia e do Deputado Antônio Júlio.

Estivemos em Itajubá, na audiência pública sobre turismo, onde ouvimos atentamente os representantes dos circuitos, que nos relataram a dificuldade pela falta de estrutura. Na nossa região, há muitos militantes do turismo, pessoas que trabalham e querem ver a nossa região, principalmente o Sul de Minas, e todo o Estado crescerem; que acreditam no turismo como forma de trabalho e de proporcionar renda para o nosso povo. Realmente precisamos de mais infraestrutura, de mais recursos. Nós que estamos no Lago de Furnas, fomos Presidente da Alago e Prefeito de Alfenas, lutamos muito e conseguimos realizar lá um diagnóstico de turismo, um inventário turístico, com recursos da Secretaria de Turismo do Estado e do Ministério de Turismo.

Estamos elaborando um plano diretor de turismo para todo o Lago de Furnas. Infelizmente o nosso lago ainda é desconhecido de boa parte dos mineiros. É um verdadeiro mar de oportunidades, mas ainda precisamos de muitos recursos, de mais atenção do Estado. Por isso essa emenda de V. Exa. nos traz essa oportunidade.

Comentava com o Deputado Rômulo que precisamos encarar o turismo como real possibilidade de renda, de geração de emprego e trabalho, de lazer. O turismo ocorre sempre do mais perto para o mais longe. É mais provável que as pessoas de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro façam turismo neste Estado do que aquelas que estão mais distantes. É preciso divulgar, ter recurso, dotar os circuitos de infraestrutura mínima. É preciso, por exemplo, ter um carro, algo trivial, simbólico, mas uma ferramenta necessária para facilitar o deslocamento, a vida de quem trabalha nos circuitos.

Aproveitando a oportunidade deste aparte que o senhor gentilmente me concedeu, gostaria de agradecer aos colegas Deputados e Deputadas a acolhida, a gentileza, a receptividade de todos, desde o querido companheiro Dinis Pinheiro, nosso Presidente. Como o senhor bem disse, somos neófitos, marinheiros de primeira viagem. Fui Prefeito e sindicalista, mas esta é a minha primeira experiência legislativa. Estou gostando muito. Nesta Casa, as questões são debatidas com seriedade e responsabilidade. Prova disso é a grande audiência da TV Assembleia. Em todos os Estados, todos comentam, porque assistem ao que ocorre nesta Casa pela TV Assembleia e sabem da importância que damos aos diversos temas da economia, da cultura, do turismo, da política do nosso Estado.

Estive na luta em Bandeira do Sul, onde 16 jovens perderam a vida. Anteontem a Cemig divulgou uma nota, não reconhecendo a sua responsabilidade, mas, pelo menos, reconhecendo que tem de agir na cidade e mudar a rede elétrica. Isso é um avanço, é um trabalho desta Casa, Sr. Presidente, que fez a Cemig entender que tem responsabilidade com a rede elétrica e com aquele povo. O Deputado Carlos Mosconi esteve lá comigo, bem como a Deputada Liza Prado e o Deputado Carlin Moura, que me ajudou bastante nessa luta. Quero fazer os meus agradecimentos a ele. Mas a Cemig ainda precisa avançar, mas já avançou, ao reconhecer que tem de mudar a rede elétrica de Bandeira do Sul, e já começou a fazê-lo. A população começou a receber carta, avisando que a Cemig está realizando o trabalho de substituição e modernização da rede, substituindo os postes danificados, enfim, fazendo o que deveria ter feito, e, agora, dando atenção às famílias que perderam seus entes queridos e aos que ainda estão se recuperando. Não é ainda o suficiente. Continuo a afirmar que a Cemig tem inteira responsabilidade naquele acidente e deve olhar com mais cuidado a nossa rede elétrica. Vi hoje nos jornais a Cemig informar que vai investir na rede subterrânea da Capital, o que começa a causar transtorno e preocupação, como no Rio de Janeiro. Não queremos isso na nossa Capital. Queremos que a Cemig invista, modernize a nossa rede subterrânea, de forma a dar segurança ao nosso povo.

Quero agradecer muito a V. Exa. e parabenizá-lo pelo brilhante trabalho. Somos companheiros de partido e companheiros no Sul de Minas. É muito bom ter um jovem como V. Exa. atuando tão bem na política. Parabéns.

O Deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, Deputado Pompílio, parabéns pelo seu trabalho. Obrigado pela manifestação. A nossa ação conjunta pelo turismo no Estado, particularmente na nossa região do Sul de Minas, tem retorno de expectativa muito positivo e reforça a importância dessa emenda. Quando tratamos dos circuitos turísticos, reconhecendo as diretrizes estabelecidas pelo governo em relação a eles, queremos contribuir para que o planejamento, a proposta de ação apresentada para o funcionamento desses circuitos, a partir da política de turismo do Estado, seja executada com mais condições.



A nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 142 sugere o seguinte: “A Lei Orçamentária para o exercício de 2012 deverá conter recursos financeiros para a implementação do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - Sípia -, no âmbito estadual”. Sr. Presidente, o Sípia é um sistema nacional de registro de tratamento de informações sobre a garantia de defesa dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Sípia tem uma saída de dados agregada em níveis municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas do setor. O Sípia do Conselho Tutelar, Sípia WEB, é a base do sistema tutelar de cada Município, para a qual se dirigem, de imediato, as demandas sobre a violação ou o não atendimento dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes no Estado.

Esse sistema, implementado há alguns anos pelo governo do Estado, foi assumido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Nos últimos anos, melhorou o processo de informatização dos Conselhos Tutelares no interior de todo o Brasil, sendo chamado agora de Sípia WEB porque antes o governo do Estado, com sua equipe técnica, ia até cada Município, treinava os Conselhos Tutelares, liberava uma senha, e aquele sistema estava pronto para que cada Conselho Tutelar dele fizesse uso. Agora ele é feito por intermédio do governo federal, por uma senha liberada ele acessa um “site” único. Isso garante que tenhamos a qualquer momento toda informação da promoção dos direitos, da garantia dos direitos, da efetiva ação da política municipal, sobre o que está acontecendo com relação à criança e ao adolescente. Hoje os Conselhos Tutelares têm essa ferramenta, registram tudo em ata, o que obviamente não deixa de ser importante.

Mas seja uma denúncia, seja um encaminhamento, seja um registro de uma entidade para que possamos criar uma rede de atendimento para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em cada Município e em cada região, não temos condições hoje de fazer uma formatação dos dados referentes a essa política no Estado ou no Brasil. Não há condições. Imaginem se quiséssemos fazer um levantamento do atendimento de cada conselho tutelar em cada Município do Brasil. É uma operação que levaria anos para conseguirmos sistematizar, mesmo que cada conselheiro aglutinasse essas informações em cada Município, em cada região e as enviasse para o Estado. Portanto, o sistema vem contribuir muito com isso. A partir do momento em que há um caso de denúncia, de demanda, de registro de entidade, seja o que for, ele deixará de registrar em ata e o fará no sistema. O sistema é todo informatizado, por via da internet, em níveis nacional e estadual, qualquer gestor dessa área poderá puxar a informação que achar necessária para garantir o que está faltando, pensar em alguma melhoria, levantar dados dos avanços para que tenhamos medidores a fim de avaliar o que está sendo bom ou ruim, o que precisa melhorar ou avançar, e não temos isso hoje. Nós já avançamos em alguns Municípios, mas ocorre que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos terceirizou a implementação desse serviço. A empresa contratada para a execução do serviço, em Minas Gerais, é de Pernambuco. E ela contratou quatro técnicos para implementar o sistema em todos os Municípios de Minas Gerais. Como apenas quatro técnicos darão conta de implementar o sistema no Estado de Minas Gerais? Portanto, falta uma contrapartida, uma parceria do governo do Estado para que haja agilização.

Assim como falei na proposta anterior, tanto eu como outro Deputado temos interesse em dispor de algum recurso em nossas emendas - não é muito - e alocá-lo na Secretaria responsável por dar o suporte necessário a esses técnicos, a fim de que viajem por todo o Estado e garantam esse sistema importante para promoção da cidadania e para a avaliação de conceitos de políticas e diretrizes que implementem novas ações no Estado.

Nossa proposta, no momento em que comemoramos os 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, é que tenhamos em Minas Gerais essa emenda proporcionando ao governo a garantia de alguma parte de recursos - ou que ele o faça em parceria com os Municípios -, mas fazendo com que essa parceria garanta a implementação mais ágil desse sistema, que resultará numa efetiva ação em cada Município do Estado. E, também, garantir aos gestores informações, se não em tempo imediato, num tempo muito mais célere.

Destacaremos essa emenda no momento oportuno para podermos rever o encaminhamento do parecer do nosso Deputado relator da LDO. Solicitamos o apoio de todos.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Ulysses Gomes, quero também reforçar a importância dessa emenda que visa ao fortalecimento do sistema público de proteção da criança e do adolescente, criando as condições para o bom trabalho dos nossos conselhos tutelares do Estado de Minas Gerais. E V. Exa., que é nosso Vice-Líder e faz parte da Comissão de Fiscalização Financeira e da comissão especial que acompanhou a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não tem medido esforços no sentido de reforçar o chamado orçamento criança e adolescente. E a aprovação dessa emenda é fundamental, aproveitando o bom momento. Ainda ontem a Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário, já decidiu um planejamento estratégico visando eventuais distorções no período de Copa do Mundo e das Olimpíadas, em que há um aumento de turistas no País. Ela tem anunciado a necessidade do fortalecimento dos conselhos tutelares, especialmente nos grandes centros, para que tenham garantido o funcionamento permanente durante as 24 horas e as condições para esse funcionamento. Obviamente que esse sistema de informatização e de cruzamento de dados é de fundamental importância para que os conselhos possam agir a tempo e a hora. Por isso, a emenda de V. Exa., que representa todos nós do Bloco Minas sem Censura, é muito importante.

Também V. Exa. mencionou o reforço aos polos turísticos de Minas Gerais. V. Exa. é do Sul de Minas, de Itajubá, região importante, e tem feito um trabalho brilhante na defesa de Minas, para que tenhamos uma participação mais efetiva no processo da Copa do Mundo, até quanto à descentralização dos locais em que serão recebidas as delegações estrangeiras. E quando V. Exa. defende os polos turísticos, está defendendo uma concepção mais ampla, que é a concepção do desenvolvimento regional de Minas Gerais, o que é fundamental. E a LDO precisa dar uma ênfase maior a esses polos de desenvolvimento regional. Obviamente que devemos observar a vocação de cada região. Temos as regiões de vocação turística, as regiões de vocação agroindustrial, as regiões mineradoras. Mas precisamos nos preocupar, dentro do planejamento do Estado, com uma concepção mais ampla.

Também queria chamar a atenção, ilustre Deputado Ulysses Gomes, para outro ponto. Durante toda a tramitação da LDO - posteriormente serão mencionados os destaques das emendas -, estamos demos ênfase à valorização do servidor público. Durante toda a tramitação, nós nos preocupamos com a valorização do servidor público e com a qualidade do serviço público. Quero chamar a



atenção para dois pontos fundamentais. O nosso Bloco Minas sem Censura defende que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tenhamos uma previsão regulamentando as verbas para a área da saúde, garantindo os 12% da saúde sem incluir nesse cômputo os gastos com saneamento. É uma concepção que temos. Entendemos e compreendemos que, independentemente da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que estabelece os 12% para a área da saúde, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento legal mais apropriado para tirarmos essas dúvidas ao se estabelecerem os critérios desse investimento. Tivemos a preocupação de fazer essa emenda, sobre a qual posteriormente o Deputado Adelmo entrará em maiores detalhes. E ainda tivemos a preocupação com a emenda do piso nacional dos professores. Que a Lei de Diretrizes Orçamentárias preveja o pagamento do piso nacional dos professores. Durante a tramitação do relatório, essas emendas não foram acatadas.

Durante a audiência pública que discutiu a LDO - e V. Exa. teve um papel fundamental -, aventamos uma preocupação no relatório e no parecer. O projeto da LDO contém o Anexo II, o chamado Anexo de Riscos Fiscais, que é o espaço previsto para uma margem de erro, uma margem de risco, naquilo que sair fora do planejamento fiscal normal. Vamos dar alguns exemplos. Se houver diminuição na arrecadação do ICMS, o Anexo de Riscos Fiscais tem de apontar o caminho a ser adotado no caso dessa emergência. A projeção da receita total do Estado para 2012 é de R\$57.000.000.000,00, com previsão de crescimento de 4,5% do PIB e com inflação de 5%. Mas, se ocorrer algum fator externo e esses indicadores não forem cumpridos, o Anexo de Riscos Fiscais indicará o plano B do Estado. No caso das ações e demandas judiciais que geram um passivo judicial para o Estado, se eventualmente elas tramitarem em julgado e forem executadas no ano, o Anexo de Riscos Fiscais é que vai prever o caminho do Estado.

Também tentamos convencer o relator a incluir no Anexo de Riscos Fiscais a previsão do piso nacional dos professores e os 12% integrais para a saúde - mesmo não acatando isso -, porque o Congresso Nacional pode regulamentar a emenda à Constituição e determinar isso. É o que esperamos que aconteça. Vamos trabalhar para isso.

Posteriormente, quando o STF publicar o acórdão e não restar nenhuma dúvida de que o piso nacional dos professores tem base no vencimento básico, quando o Supremo clarear o voto, publicar o acórdão, o inteiro teor, esclarecer todas as possíveis dúvidas e determinar que isso seja cumprido, como o Estado vai proceder? Porque, pelo que observamos, no Anexo de Riscos Fiscais isso nem sequer entrou. São duas coisas distintas. Uma coisa é entrar no corpo, no mérito da LDO. Tudo bem que o Estado tenha optado por não incluir isso. Mas nem a hipótese de uma emergência, de uma mudança de procedimento foi acatada nesse Anexo de Riscos Fiscais. Então, nossa preocupação é justamente que tenhamos um cuidado maior a fim de aprimorar isso.

Concluindo esta contribuição para o debate, quero registrar que nestes quatro, cinco meses de convivência, V. Exa., nosso Vice-Líder do bloco, um Deputado jovem, recém-chegado a esta casa, tem se demonstrado um Deputado extremamente competente, dedicado ao trabalho, parceiro de todos os demais Deputados do bloco, sempre solícito e ajudando o bloco a caminhar. Uma pessoa que tem uma convivência saudável e respeitosa com todos os demais Deputados. Isso é importantíssimo no parlamento. Aqui temos diferença de pensamentos, mas respeitamos todos, porque são seres humanos. O parlamento é para isso. Parabens-o pela sua postura republicana, democrática e humanitária. V. Exa. é uma bela surpresa nesta Casa, um Vice-Líder com muita capacidade, que tem feito um trabalho maravilhoso nas Comissões de Fiscalização Financeira e de Turismo. Graças a esse trabalho coletivo, temos conseguido desenvolver tarefas importantes.

Vejo aqui o Deputado André Quintão, que conseguiu aprovar um projeto fundamental para Minas Gerais, que é a política pública do Sistema Único de Assistência Social - Suas. É o primeiro Estado brasileiro que estará em sintonia com o Suas, aprovado pela Presidenta Dilma, graças ao trabalho do Deputado André Quintão e ao trabalho coletivo do bloco, dirigido e coordenado pela Vice-Liderança de V. Exa.

Quero também agradecer as palavras do nosso grande companheiro Deputado Pompílio Canavez, que fez um trabalho maravilhoso, com uma presença fundamental. Com sua experiência como ex-Prefeito de Alfenas, com a experiência do Executivo, teve um papel fundamental em Bandeira do Sul. Considero o reconhecimento da Cemig um grande avanço, pois admite a necessidade de prestar assistência às famílias de Bandeira do Sul e de reformar a rede de energia elétrica. Parabens-o o Deputado Pompílio Canavez por sua dedicação e por seu esforço para resolver esse problema do povo. Desejo a V. Exa. um bom recesso. Em agosto voltaremos com mais pique e energia. Eis nosso registro.

Agradeço a todos os demais Deputados da Casa, porque foi um semestre positivo. A Assembleia cumpriu seu papel constitucional. Pedimos desculpas por eventuais exageros. Às vezes, na ânsia de defender nossas ideias, cometemos desvios e alguns exageros, mas acho que o parlamento é, acima de tudo, um local de diálogo, um local para defender o povo de Minas Gerais, os trabalhadores de Minas Gerais, os professores e os trabalhadores da saúde, além de promover o desenvolvimento regional.

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputado Carlin Moura, parabéns pelas considerações em referência ao projeto de lei. Agradeço e gostaria de deixar registrado que estou lisonjeado e emocionado pelo reconhecimento e pelas palavras de V. Exa., que estão em consonância com o que acredito e com o que busco exercer na prática nesta Casa, que é valorizar cada vez mais o Poder Legislativo, tão importante na sociedade brasileira, mas que na maior parte das vezes não é reconhecido em vários aspectos.

Desde que cheguei, durante as primeiras visitas que fizemos pela Casa para conhecimento e obtenção de informações, fui muito bem recebido por todo o corpo técnico da Casa e percebi, no olhar e na ação de cada funcionário, servidor efetivo ou de recrutamento amplo, a dedicação com o intuito de fazer com que esta Casa seja reconhecida e valorizada pela sociedade mineira.

Nosso mandato tem procurado, na medida do possível, exercer essa ação, sobretudo pela responsabilidade que temos de representar não só Minas, mas também, de forma mais dedicada, a nossa região do Sul de Minas, com competência e dedicação, para valorizar e contribuir com nossa parte. Em muitos cantos do Estado ouvimos a reclamação de que político não trabalha, de que Deputado não trabalha. O que mais vi nesses cinco meses, independentemente de ser da Situação ou da Oposição, foi a dedicação dos Deputados e das Deputadas, do corpo técnico da Assembleia, dos funcionários, para fazer com que o melhor seja produzido em favor dos mineiros.

Então, agradeço as palavras de V. Exa. de reconhecimento à nossa singela contribuição a este Poder Legislativo.

O Deputado Rômulo Viegas está pedindo aparte. Peço-lhe apenas um tempinho para defender mais uma proposta, sobre a qual em seguida gostaria de ouvir sua opinião. Na verdade, essa proposta de emenda não é de minha autoria. O relator da LDO, Deputado



Romel Anízio, compreendeu nossa proposta da emenda, a nº 163, uma das mais de 160 emendas à LDO. A Emenda nº 163 sugeria um acréscimo ao art. 25 da LDO, que trata sobre a transferência voluntária de recursos para Município, em virtude de convênio, acordo ou instrumento congênere, salvo durante a vigência do estado de calamidade pública ou emergência decretada no Município e homologada pelo governo do Estado.

Esse artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias propõe, a partir da Emenda nº 163, o acréscimo do seguinte texto: “Apresentação do Plano Básico de Mobilidade Social”.

Antes de dizer que plano básico é este, esclareço que houve compreensão dos Deputados da Comissão, a partir da nossa apresentação, e retiraram essa emenda da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já não consta da votação posterior que faremos. Não poderia deixar de fazer esse registro, porque acredito que foi um avanço. A proposta de acrescentar esse texto ao plano básico faz referência ao Decreto do Governo do Estado nº 45.550, que estabelece a contrapartida social para a transferência voluntária de recursos do Estado aos Municípios, mediante convênio, acordo ou instrumento congênere que tenha por objeto a execução de obras de infraestrutura e dá outras providências. (- Lê:)

“Art. 1º - A transferência voluntária de recursos para Municípios, em virtude de convênio, acordo ou instrumento congênere, que tenha por objeto a execução de obras de infraestrutura, deverá obedecer este Decreto, sem prejuízo do disposto no Decreto nº 43.635, de 17/9/2003.

Art. 4º - Os indicadores a que se refere o art. 3º deverão aferir: I – na área da educação: a) taxa de distorção da idade e série no ensino fundamental, nas zonas rural e urbana; b) taxa de elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -; c) índice de evasão, frequência e aprovação. II – na área da assistência social: a) base de condicionalidades do Programa Bolsa-Família; b) percentual de acompanhamento das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família; c) número de crianças e adolescentes beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti; d) índice de gestão descentralizada do Programa Bolsa-Família; e) nível de gestão na assistência social. III – na área da saúde: número de notificações de casos de Dengue no Município. Parágrafo único - O Município deverá apresentar metas bienais, para cada indicador, definidas de modo objetivo.

Art. 5º - A liberação de recursos de transferência voluntária de que trata este Decreto, por meio de novo convênio...”

Aí há uma ação conflitante, porque o decreto diz que é novo convênio, e a LDO diz que é qualquer convênio deste ano. Independentemente se é novo ou não, o decreto entra em conflito nesse sentido.

Continuando, “por meio de novo convênio, acordo ou instrumento congênere, ficará condicionada ao cumprimento, pelo Município, de um conjunto de ações definidas no plano básico de mobilidade social, para atingir suas metas bienais”.

Temos a compreensão de que a grande maioria dos nossos Municípios são pequenos e não têm equipe técnica capaz de elaborar um plano com tanta informação para conseguir transferência de recursos. Não acho que o plano não seja importante, pelo contrário, e o exemplo que trago aqui é que o Programa Nacional de Melhoria de Acesso de Qualidade de Atenção Básica do Governo Federal avaliará a proposta, a satisfação dos pacientes atendidos e a qualidade dos serviços para distribuir os recursos segundo o mérito das equipes. O bom resultado pode até dobrar o valor recebido por uma determinada equipe.

O governo federal criou um plano de ação na área da saúde, com propostas e metas. O Município tem de criar um pequeno plano, mas, para isso, ele recebe incentivos. Se fizer isso, aumentará investimentos na área da saúde. A proposta do decreto do governo do Estado, ao invés de apresentar incentivo para um plano, propõe punição, caso não haja um plano. Deputado, se apresentarmos uma emenda de R\$20.000,00, R\$30.000,00 ou R\$50.000,00 sem que haja convênio ou transferência de recursos, o Município não poderá receber nossos recursos, se não tiver todo esse plano elaborado.

É um engessamento da ação de convênio e transferência. O art. 8º do decreto diz o seguinte: “As disposições deste decreto aplicam-se, no ato de transferência, à doação de imóveis do Estado para o Município, obedecidos os trâmites legais”. O que mais vimos aqui nestes meses foram transferências de imóveis do governo do Estado a vários Municípios. Assim, para que possamos fazer essa transferência aos Municípios, ou seja, para que eles recebam, também estarão condicionados a esse decreto que impõe aos Municípios uma proposta de um plano tecnocrático - pequenos planos -, engessando a possibilidade de receberem esses pequenos recursos de convênio.

Mais uma vez, gostaria de registrar a importância desta discussão e agradecer aos Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira a compreensão desta nossa defesa. O Deputado relator retirou da sua relatoria essa emenda que foi rejeitada. Se já não bastava um decreto que engessava os Municípios no momento de receberem o recurso, se assim o fizéssemos, estaríamos colocando esse decreto na LDO, o que engessaria ainda mais essa oportunidade dos Municípios. Não tenho dúvida de que houve avanço. Conseguimos fazer com que esse decreto não engessasse, na LDO, essas ações. Mas também não posso deixar de dizer que o decreto ainda existe. Ainda há a imposição do decreto, mesmo que não em forma de lei.

Trago este assunto ao Plenário da Casa para que, na compreensão dos demais Deputados, possamos trabalhar pelo avanço e aprimoramento do referido decreto. Que ele venha em forma de incentivos e facilite a situação dos Municípios em todo o Estado, fazendo com que eles recebam mais recursos. Precisamos nos articular para que esse decreto seja eliminado ou mesmo reajustado, a fim de que os Municípios recebam esse recurso.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Também venho referendar as palavras anteriores, sobre a atuação de V. Exa. Tenho a grata satisfação de compartilhar, ao seu lado, como membros da nossa Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e também no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, a atuação altamente expressiva de V. Exa. Já tive o prazer de participar de várias audiências públicas que dizem respeito ao setor de turismo e pude ver o seu empenho e a sua dedicação para com várias cidades mineiras, especialmente com a sua terra, a cidade de Itajubá. O caminho é esse.

O parlamento tem dois pilares fundamentais para sustentar a democracia: o conjunto de Deputados que compõem a Situação, que apoiam o governo regente, e o outro grupo contrário ao governo, que forma a Oposição. Ambos, evidentemente, querem fortalecer a



democracia e buscar os benefícios para a nossa população. Aliás, V. Exa. se destaca nesse aspecto de defesa da nossa criança e do nosso adolescente, bem como na ideia de fortalecer o segmento do turismo, ao apresentar os destaques aqui.

Sobre o Plano de Seguridade Social, vale a pena uma reflexão. Quando era Subsecretário de Desenvolvimento Regional do governo de Minas - Minas Gerais é o Estado que possui o maior número de Municípios no Brasil, um Estado muito diversificado -, solicitamos ao governo do Estado que desse maior ênfase às associações microrregionais, para que pudessem ampliar o seu corpo técnico, isto é, a sua qualificação profissional, e principalmente auxiliar os Municípios menores que ainda não têm condições de ter um aparato estrutural para a formatação de planos, especificamente nesse caso de emergência, que é o Plano de Seguridade Social. Naquela época, o Secretário era o Deputado Dilzon Melo, e tive o prazer de trabalhar com ele como Subsecretário. Na época, o governo liberou uma importância expressiva para as associações microrregionais, e nós assinamos o convênio. Mas é evidente que demora um tempo para que isso seja sedimentado.

Mas o alerta de V. Exa. é importante, principalmente quando, num momento de crise, não há tempo nem condições de se debruçar sobre todo o conjunto de parâmetros, de indicadores que o decreto menciona. Portanto, concordo com V. Exa. Simultaneamente, gostaria de parabenizá-lo, pois seu mandato é de amigos. V. Exa. é Vice-Líder do bloco de Oposição, mas faz uma oposição construtiva e prevê, realmente, bons resultados para a comunidade mineira. Meus parabéns. É uma grata satisfação trabalhar ao lado de V. Exa.

O Deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Agradeço as suas palavras elogiosas. Quero dizer-lhe que a recíproca é verdadeira. A sua amizade, a sua dedicação, o seu exemplo nas nossas ações conjuntas mostram a sua competência, a sua dedicação frente a este mandato, que, com muito trabalho, V. Exa. conquistou.

Concluindo as minhas palavras em relação a este importante projeto de lei que dá diretrizes à ação governamental para o ano que vem, não poderia deixar também de fazer alguns elogios. Teci aqui muitas críticas ao governo, a algumas ações das Comissões, mas quero registrar também que fui muito bem recebido por diversos Secretários. Tive a oportunidade de, nesses meses, ir a oito secretarias de Estado, em algumas por várias vezes, como a de Turismo, em que o Deputado Agostinho Patrus Filho está à frente e com quem devo encontrar-me neste final de semana, no Salão de Turismo em São Paulo. Lá ele assinará um convênio importante de planejamento de turismo para o nosso Estado. Quero fazer-me presente lá também, onde representarei o Presidente da nossa Casa, Deputado Dinis Pinheiro.

Estive na Secretaria de Desenvolvimento, onde fui recebido pelo Secretário Bilac Pinto. Fui recebido por tantos outros - não quero aqui acabar esquecendo-me de algum - e quero dizer da disposição, da abertura que encontrei em cada um com quem tive a oportunidade de me encontrar, seja em audiência na própria Secretaria, seja no Estado, com o próprio Governador. Inclusive, registro a disposição de S. Exa. para o diálogo.

Então, com essa disposição para o diálogo e a construção do Estado, com certeza voltaremos no segundo semestre. Obviamente, em alguns momentos, extrapolamos, fizemos um debate aprofundado. Este momento por que está passando o Estado, de greves, é de intensidade e aprofundamento dos debates e das relações. No meu entender, é até conflitante a forma como muito bem fui recebido no Estado pelos Secretários - e até mesmo pelo Governador - e a forma como as categorias têm enfrentado essa situação. Ao longo desse último mês foi muito conflitante. Saio encerrando este primeiro semestre com uma boa avaliação. A sinalização que o Estado nos deu, nestes últimos dias, é de abertura do diálogo, e é isso que queremos. Desejamos aqui, sob a liderança do nosso Deputado Rogério Correia e com outros Deputados do Bloco - estamos vendo aqui a Deputada Maria Tereza Lara -, abrir o diálogo e aprofundar os debates. Iniciamos um debate que me incomodou muito no início da legislatura, que era a identificação do Estado com o confronto do que ocorre em nível federal, e não conseguimos aprofundar os problemas de Minas Gerais.

Tenham certeza de que a minha disposição e a do nosso bloco é aprofundar a discussão dos problemas do Estado de Minas. Não para destruí-lo; pelo contrário, para desenvolvê-lo, fazê-lo crescer e melhorar. O que queremos é um governo atendendo às demandas do povo mineiro. A nossa ação neste mandato e a do nosso bloco é no sentido de contribuir. Obviamente, os debates aqui, em alguns momentos, são aprofundados, com enfrentamentos mais fortes, mas, com certeza, o que está por trás de tudo é o nosso desejo de um Estado que possa atender à demanda da nossa população.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, companheiro do Bloco Minas sem Censura, nosso Vice-Líder, quero apenas cumprimentá-lo, parabenizá-lo por sua atuação. V. Exa. é um legítimo representante de todo o Estado de Minas, mas, sobretudo, do Sul de Minas, de algumas cidades que conheço bem. Em outras legislaturas, acompanhei-o a umas 30 cidades, junto do Deputado Odair Cunha. Agora, sendo do Sul de Minas, realmente e com certeza, a sua atuação, a sua presença está somando-se ao avanço das políticas públicas, com apoio dos movimentos sociais e do nosso grande amigo, o Deputado Federal Odair Cunha.

Deixo o nosso abraço. Parabenizo-o, porque já chegou aqui nesta Casa mostrando a que veio; é um Deputado jovem, atuante, comprometido com as causas populares. Além disso, quero deixar também o nosso abraço para toda a população do Sul de Minas. A escolha de V. Exa. para o turismo é das mais acertadas. Sabemos que a economia do Sul de Minas pode avançar ainda mais em termos de turismo, pois são cidades lindíssimas, com riquezas naturais. Por exemplo, entre outras cidades, gosto de me lembrar de Boa Esperança, onde há um lago dentro da cidade. Quero parabenizá-lo e deixar aqui o nosso abraço.

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputada Maria Tereza Lara, muito obrigado. É uma alegria compor com V. Exa. esta legislatura. Já a conhecia e a admirava, pois acompanhava o seu trabalho. Aliás, posso hoje acompanhá-lo ao seu lado e, de alguma forma, minimamente, contribuir também com esse processo dentro da Assembleia. O nosso Líder está presente. Deputado Rogério Correia, quero agradecer publicamente a oportunidade de estar próximo de V. Exa., que nos lidera. Tenho aprendido muito com a sua coragem, ousadia e determinação e, às vezes, com alguns bons exageros. Certamente isso eleva e dignifica o nosso Parlamento em todo o Estado de Minas Gerais. Na pessoa dele, agradeço aos companheiros do bloco e estendo esses agradecimentos a todos os Líderes desta Casa.

Finalizo dirigindo-me àqueles que nos acompanham pelo "site" e pela TV Assembleia, que são os nossos professores e as nossas professoras. Passamos esta semana negociando na área da saúde que também merece nossa ação, acompanhamento e dedicação, assim



como a segurança pública no Estado. Não poderia deixar de encerrar as minhas palavras neste semestre, desejando força e luta a esses professores que merecem do nosso Estado o reconhecimento pelo grande papel que exercem como educadores das nossas crianças, dos nossos jovens e adolescentes. Precisamos de um olhar especial. Não tenho dúvida de que a nossa Presidente Dilma tem exercido um papel fundamental de continuidade e avanço do exemplo que o nosso ex-Presidente Lula impôs ao País nos últimos anos. A nossa Presidente Dilma, com toda a sua sensibilidade de mulher, liderança e competência, tem promovido continuidade e avanços importantíssimos na área da educação. Nesse sentido, esperamos que esta Comissão formada aprofunde, de fato, o diálogo com o sindicato e que a categoria possa compreender. Peço também compreensão às comunidades, aos pais e familiares que nos acompanham. Sabemos das dificuldades dos nossos alunos que estão sem aula em razão das greves, sobretudo daqueles que, na perspectiva da prova do Enem, estão agora parados e precisam que se retomem as aulas, a fim de que tenham condições de fazer com que essa oportunidade seja concreta em suas vidas. Peço compreensão a cada um e cada uma, sobretudo ao governo do Estado, que, nesta semana, mostrou a disposição do diálogo e do aprofundamento. Além disso, que, de fato, haja condições de aprofundar e ouvir esses nossos profissionais. Em todo o Estado de Minas Gerais estão mobilizados para a continuidade da greve - aliás, uma greve que sinaliza o debate do piso nacional salarial e, sobretudo, traz o debate essencial do quanto é importante a educação em nosso país. Portanto quero ser solidário àqueles que estão em greve e registrar a nossa dedicação e o nosso apoio a esse movimento, assim como o nosso desejo, a nossa disposição e a esperança de que esse debate possa trazer melhorias para a educação do nosso Estado. Atuamos com dedicação e empenho ao longo desta semana para que o diálogo fosse implementado e vissemos avanços na educação do nosso Estado. Sr. Presidente e Deputados, muito obrigado. Desejo um bom recesso a cada Deputado e Deputada. Permaneceremos firmes com o nosso bloco, acreditando que contribuiremos muito para o desenvolvimento do nosso Estado. No destaque das propostas da Lei nº 1.695, da LDO, esperamos estar votando esse importante projeto de lei. Muito obrigado.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min. Com a palavra, para discutir, o Deputado Romel Anízio.

O Deputado Romel Anízio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de agradecer do fundo do coração ao Presidente da Comissão, Deputado Zé Maia, por ter-me delegado a honra da tarefa de ser o relator da LDO, a qual estou encaminhando à apreciação de V. Exas. Durante o prazo regimental para a apresentação de emendas ao projeto, foram recebidas um total de 158 emendas, de autoria de parlamentares e de bloco parlamentar. Dessas, 74 tinham conteúdo alocativo. Fala-se alocativo quando se pleiteiam recursos, por exemplo, para se criar um polo turístico no Sul de Minas, como foi o caso do ilustre Deputado Ulysses Gomes, grande companheiro na Comissão. Quer dizer, definiam ou priorizavam recursos para programas e ações específicos ou não. Deve-se ressaltar que tal matéria é impertinente em sede de leis orçamentárias, a qual não comporta a alocação de recursos para determinados fins ou priorização de programas, o que deve ser discutido quando da tramitação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e da lei orçamentária anual. Desse modo, essas emendas foram sumariamente rejeitadas pelo parecer aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira.

Outras 49 emendas, não obstante serem pertinentes em relação à matéria tratada, foram rejeitadas ou por impossibilidade técnica da sua concretização ou por conterem dispositivos contrários às normas de contabilidade pública ou por versarem sobre matérias ainda controversas no âmbito das finanças públicas. Um total de 10 emendas foram aprovadas em sua forma original. Tais emendas, em nosso entender, aprimoram o projeto conferindo maior transparência às ações do Executivo e ampliando os mecanismos de controle postos a serviço do cidadão. Um exemplo é a Emenda nº 19, do Deputado André Quintão, que trata da disponibilidade "on-line" de demonstrativo de convênios de entrada e saída de recursos, discriminados os prazos convenientes, objeto e outras informações pertinentes. Outro exemplo é a Emenda nº 42, do Deputado Durval Ângelo, que aprimora os requisitos para a apresentação do demonstrativo da dívida para 2012, o qual deve acompanhar a proposta orçamentária.

Outras oito emendas foram aprovadas na forma de subemendas para adequá-las à técnica legislativa e ao sistema normativo que rege as finanças públicas. A Emenda nº 79, do Bloco Minas sem Censura, foi acatada na forma de subemenda. A emenda tinha o objetivo de promover o acesso dos membros da Assembleia Legislativa a diversos sistemas de informações gerenciais. A subemenda aprovada ampliou o rol dos sistemas a que se referia a emenda original, o que contribui para o fortalecimento do exercício da função fiscalizadora desta Casa. Outra emenda do bloco acatada na forma de subemenda foi a Emenda nº 81, que determina a discriminação, em fontes de recursos específicas, das receitas decorrentes de transferências voluntárias da União. Como já existe essa separação em relação à receita, a subemenda alterou o texto original para determinar a discriminação dessa fonte também na execução da despesa orçamentária. Com a aprovação dessas 10 emendas na forma original e das 8 emendas na forma de subemendas, ficaram prejudicadas 17 emendas que tratavam de matéria idêntica ou similar.

Como relator, apresentei outras quatro emendas ao projeto, das quais destaco algumas. A Emenda nº 160 estabelece a obrigatoriedade do envio a esta Casa, pelo Poder Executivo, de informações sobre a receita de ICMS, discriminadas por setor de atividade econômica, por Município, por tipo de contribuinte e por regime de recolhimento, bem como de informações sobre o montante da dívida ativa do Estado. A Emenda nº 161 se coaduna com o direcionamento estratégico, diretriz 2011-2012 desta Casa, assegurando o acesso às informações necessárias para o desenvolvimento do projeto Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

Destaco para os colegas que o trabalho contínuo dos parlamentares nesta Casa, na apreciação e aperfeiçoamento da LDO, tem gerado importantes resultados no Executivo. Este ano esse projeto já trouxe uma seção inteira relativa à transparência da gestão pública e abarcou várias emendas apresentadas ao longo dos últimos anos pelo Poder Legislativo.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, gostaria de agradecer à equipe técnica da Comissão, que nos auxiliou a realizar esse trabalho. Mais uma vez, reafirmo a V. Exa. a minha gratidão pela oportunidade de relatar essa matéria. Cumprimento todos os funcionários

desta Casa, neste momento em que estamos em vias de iniciar o recesso. Agradeço a um por um por tudo que fizeram, pela dedicação aos trabalhos desta Assembleia Legislativa.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Parabênz-o pelo trabalho realizado na elaboração do parecer sobre a LDO. O Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, fez bem em escolhê-lo, pela sua experiência, pela sua larga folha de serviços prestados ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil. Parabênz-o, dando oportunidade para que o Plenário se manifeste em relação à LDO. V. Exa. chegou à Assembleia Legislativa com toda a sua experiência e trouxe a sua bagagem e grande contribuição. Parabéns! Sabemos que V. Exa. será convocado sempre para essas missões que dependem da experiência que reuniu ao longo de anos de trabalho em favor da população de Minas Gerais. Parabéns pelo seu trabalho!

O Deputado Romel Anízio* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Como seu admirador, admirador de sua luta constante e permanente nesta Casa em defesa dos mais altos interesses de Minas Gerais, agradeço-lhe o aparte. Não poderia deixar de cumprimentar o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; o Deputado José Henrique, Vice-Presidente; e os demais integrantes da Mesa, por tudo o que fizeram para que chegássemos a um denominador comum. Muitos ficaram apavorados, pensando que éramos loucos de votar a LDO e ir embora. Ora, não é nada disso. Estamos preocupados em votar a LDO por se tratar da lei mais importante, a lei que vai dirigir os nossos destinos no próximo ano. Obrigado a todos. Que Deus nos ilumine nesta caminhada. Um feliz recesso a todos os nossos companheiros, parlamentares, funcionários e colegas de trabalho. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que nos assiste pela TV Assembleia. Sr. Presidente, solicitei para discutir o Projeto de Lei nº 1.697, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é de fundamental importância. Cumprimento o relator, ilustre Deputado que me antecedeu, Deputado Romel Anízio, e, obviamente, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Zé Maia. Sr. Presidente, assim como os demais parlamentares desta Casa que me antecederam na tribuna, nesse início de tarde aproveite para trazer um assunto extremamente sério que vem ocorrendo em Minas Gerais. Peço a ajuda de V. Exas. em relação ao assunto que passo a abordar.

No dia 31 de maio, na Comissão de Segurança Pública, recebemos um documento oriundo do Delegado-Geral de Polícia, Dr. Jairo Lellis, informando sobre os plantões da Polícia Civil, criados no Estado, a serem estabelecidos a partir dessa data. Deputado Zé Maia, a imprensa passou a cobrar insistentemente sobre esse assunto referente à segurança pública do nosso Estado, que é extremamente preocupante. Por que esse assunto é tão preocupante? Deputado Zé Maia, ao serem estabelecidos esses plantões, a Polícia Civil acabou por criar uma enorme dificuldade para a integração das forças de segurança pública e também uma sobrecarga gigantesca aos policiais militares do Estado. Na semana passada, tive a oportunidade de alertar o Chefe da Polícia Civil, Dr. Jairo Lellis, em relação a esse e a outros assuntos. Pasmem o cidadão que estiver nos assistindo neste momento. Destacamos alguns pontos desse documento. O Deputado Zé Maia e eu tivemos a oportunidade de trabalhar juntos na Comissão de Segurança Pública no biênio 2003-2004. Este Deputado presidiu a Comissão no primeiro ano, e V. Exa., no ano seguinte. Em São Roque de Minas, as viaturas da Polícia Militar, ou a viatura da Polícia Militar, Deputado Luiz Carlos Miranda, terá de deslocar 147km no plantão para conduzir presos, testemunhas e materiais apreendidos, como armas de fogo e objetos, à cidade de Passos. Ainda assim, Deputado Zé Maia, se fossem somente esses 147km, estaríamos tranquilos, mas, para ter uma ideia, para o outro plantão, o chamado 17º Departamento de Pouso Alegre terá de ir a Cruzília. Para isso, os policiais militares terão de se deslocar 212km. Esses dados foram fornecidos pela própria Polícia Civil. Aqui está a planilha, com destaque para Cruzília.

Mas isso ainda é pouco, se considerarmos as outras distâncias, por exemplo, de Pouso Alegre, Sul de Minas, a Albertina, são 101km. E a viatura de Albertina terá de se deslocar para o plantão na cidade de Pouso Alegre. Pasmem os senhores e as senhoras que nos assistem neste momento, pois esse plantão criado pela Polícia Civil acabou por trazer consequências danosas à segurança pública do nosso Estado. Buritis fica a 348km de Unai; Chapada Gaúcha, a 332km; Formoso, a 457km; e Uruana de Minas, a 362km. As viaturas da polícia terão de percorrer essas distâncias. Deputado Zé Maia, imagine que a única viatura da Polícia Militar de Carneirinho tenha de deixar o Município. Há também uma única viatura em Limeira do Oeste, em União de Minas, em São Francisco de Sales, que V. Exa. conhece muito mais do que este Deputado, pois representa essa região. Essa viaturas terão de se deslocar para Uberlândia, para entregar presos e materiais apreendidos, pois não há plantão nas cidades mais próximas. E isso será feito após às 18 horas e também nos finais de semana. Deputado Zé Maia, o que acontece hoje no Estado de Minas Gerais é algo devastador em relação à segurança pública, com a criação desses plantões e a redução do atendimento. Imaginem V. Exas. que a viatura que sai de Formoso se desloca 457km para chegar a Unai demorar pelo menos seis horas para chegar. Se houver um flagrante, ele vai ocorrer em torno de três a quatro horas e a viatura demorará seis horas para voltar. Estamos tendo impacto de uma consequência devastadora na integração das polícias e, acima de tudo, na prestação de serviço à população de Minas Gerais.

Deputado Zé Maia, no dia 31 de maio este Deputado apresentou requerimento, de próprio punho, com o seguinte teor: “Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública - hoje, o Deputado João Leite - “o Deputado que este subscreve requer de V. Exa. seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão para discutir o desdobramento da criação do plantão regionalizado da Polícia Civil de Minas Gerais, considerando-se os impactos na prestação dos serviços oferecidos pela Polícia Civil à população mineira, bem como a sobrecarga de trabalho dos policiais civis e militares e a integração das duas polícias em nosso Estado. Requer ainda que sejam convidados para o debate o Chefe da Polícia Civil, Dr. Jairo Lellis Filho, o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Renato Vieira de Souza, e a Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena”. Solicitei ao Deputado João Leite, Presidente da Comissão, que já determinou à assessoria que marque a audiência pública para o dia 16 de agosto, para nos sentarmos à mesa com o Chefe da Polícia Civil e com o Comandante-Geral da PMMG, para não permitir que a integração sofra qualquer revés.

Falo isso, Deputado Zé Maia, porque durante o mandato do ex-Governador Itamar Franco, de 1999 a 2002, ocupei pelo menos umas 15 vezes esta tribuna para tratar da importância da integração no combate ao crime e na redução da violência em Minas Gerais. Até então, uma viatura da Polícia Militar estava na rua e poderia abordar o cidadão com a identidade na mão, que ela não saberia se era foragido de uma cadeia, de uma delegacia, de uma penitenciária ou se pesava contra ele um mandado de prisão. Isso acontecia porque



os dados ficavam nas mãos da Polícia Civil e a Polícia Militar não tinha acesso sequer à base territorial de atuação. A circunscrição territorial era casada, o que não permitia que a mesma companhia e a mesma delegacia seccional ou batalhão de polícia tivessem compatibilidade com a sua circunscrição territorial. Questões extremamente elementares não podiam ser executadas. As polícias não se sentavam à mesma mesa, não discutiam quantas ocorrências havia na jurisdição, não discutiam quantos inquéritos foram instaurados e quantos flagrantes foram realizados. Não planejavam as ações em face do tipo de crime que estava crescendo em determinada região, não discutiam, não planejavam, não executavam.

Portanto, com a chegada do Governador Aécio Neves, foi aprovada uma lei de minha autoria, a Lei nº 13.968, que determinava o acesso comum. O Governador Aécio Neves teve a coragem de enfrentar esse problema cultural em que o Chefe da Polícia Civil, àquela época, dizia que a Polícia Civil era dele e o Comandante da Polícia Militar também que dizia que a Polícia Militar era dele. E aí ninguém se sentava à mesa para trocar ideias e ficava aquela cultura que não se traduzia para o conjunto da sociedade. Com a chegada do Governador Aécio Neves, foi criada a Secretaria de Defesa Social, foi quando se passou a falar em integração, e depois ela foi avançando. Esses plantões no final de semana colocam em risco toda a integração, mas não é isso que está por trás. Sabemos que há uma reivindicação salarial da Polícia Civil que deve ser discutida com o governo, mas não é criando uma dificuldade para jogar no colo do Governador para depois fazer uma reivindicação salarial que eles irão conseguir. Por diversas vezes evitei fazer este pronunciamento nesta Casa, esperando que fosse encontrada uma solução para esse problema. Deputado Zé Maia, essa sobrecarga de trabalho está sacrificando os policiais militares. O Presidente da Aspra protocolou no gabinete do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, a denúncia de que, na data de ontem, no Plantão Integrado Interinstitucional da Criança e do Adolescente, 15 viaturas da Polícia Militar ficaram durante 12 horas aguardando a boa vontade do Delegado de Polícia para receber uma ocorrência que nem sequer possuía material apreendido.

Quero deixar claro o seguinte: sabemos que a Polícia Civil é composta de homens sérios, pessoas comprometidas, mas alguns Delegados têm tido essa postura, ou seja, estão criando enormes dificuldades para os policiais militares nas delegacias, que não podem utilizar banheiros, bebedouros de água. Além disso, as lanchonetes não funcionam durante a madrugada. Os policiais ficaram durante 12 horas aguardando a boa vontade do Delegado que estava no Plantão Interinstitucional da Criança e do Adolescente. Isso é algo muito grave. O Chefe da Polícia Civil precisa ter pulso porque o Estado de Minas chegou a anunciar que os problemas de plantões haviam sido resolvidos, mas, na prática, continuam fazendo um estrago gigantesco na segurança pública de Minas Gerais.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, nosso Líder, estou ouvindo atentamente as suas palavras. Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que é feito sem nenhuma raiva ou ódio, mas com a grandeza do crescimento de instituições que prestam serviços à população. Nós, que vivemos no interior, conhecemos muito bem o papel relevante da Polícia Civil, que presta importantes serviços à sociedade. Concordo com V. Exa.: esse negócio de plantão não é coisa séria, maltrata os policiais civis e militares. É necessário que o nosso Governador faça um esforço maior - com certeza o fará, porque conheço a sua preocupação, tenho discutido isso com ele - a fim de que seja feita uma reestruturação na Polícia Civil, que, dessa forma, será eficiente, prestará serviços à população com a grandeza que lhe é peculiar. Deputado Sargento Rodrigues, o seu pronunciamento está sendo feito em uma hora oportuna. A sua preocupação com a segurança pública de Minas Gerais nos leva a refletir sobre a forma como podemos contribuir com o seu trabalho. Não basta apenas fazer críticas. Não é possível que um servidor de qualquer área desempenhe bem suas funções se não contar com uma estrutura mínima de trabalho. É preciso implementar uma estrutura mínima.

Ao visitar algumas delegacias do interior de Minas, observamos, conforme disse V. Exa., que não existem bebedouros ou, muitas vezes, estão instalados em locais onde se verifica vazamento de água. Os sanitários não funcionam. É necessário que seja feito um esforço maiúsculo com o objetivo de reestruturar a tão importante e necessária Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Devemos realizar uma reunião com os órgãos de governo responsáveis pela área de segurança, levar a nossa contribuição, as nossas sugestões. Além disso, devemos envolver a iniciativa privada, que pode contribuir para reestruturarmos, no mínimo, os locais em que trabalhadores de segurança recebem outras pessoas, que vão ali em momentos não aceitáveis. Cumprimento V. Exa. pela grandeza do seu pronunciamento, pelas preocupações que nós, do PDT, compartilhamos com V. Exa., que tem o nosso apoio e a nossa solidariedade. A quatro mãos, com certeza, faremos um projeto que faça com que esse importante serviço prestado pela Polícia Civil seja feito com mais qualidade, com mais eficiência e com mais amor pelo homem e pela mulher simples e humilde do Estado de Minas Gerais. Parabéns, Sargento Rodrigues. Estamos juntos.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa., como sempre atento às questões macro do nosso Estado. Retorno a minha fala ao Deputado Zé Maia, para fazer uma correção. O Deputado é daquela região. O 5º Departamento de Uberaba receberá ocorrência de Nova Ponte, a 116Km; de Pirajuba, a 101Km; de São Francisco de Sales, a 95Km; de Frutal e Limeira do Oeste, a 243Km de Iturama. Esse estudo foi feito pela própria Polícia Civil.

Isso nos preocupa, Deputado Adelmo Carneiro Leão, porque, por outro lado, já temos uma proposta de emenda constitucional. Ao longo desses 12 anos e 5 meses de mandato, evitei tratar desse tema nesta Casa, mas não há outra solução. Temos uma proposta de emenda constitucional elaborada pelo Deputado Durval Ângelo, que trata da retirada do Detran das mãos da Polícia Civil. Essa proposta já foi assinada por este Deputado e acredito que V. Exa. também já a assinou. Temos mais de mil Policiais Civis trabalhando na área de trânsito e que poderiam, Deputado Adelmo Carneiro Leão, num esforço do governo, ser destinados à atividade-fim. O Detran seria definitivamente afastado da Polícia Civil, e esses policiais seriam alocados para trabalhar com inquéritos policiais, nas diligências, como Escrivães, Agentes de Polícia, Investigadores e Delegados de Polícia. Não há outra solução. Se esses plantões perdurarem, teremos viaturas da PM deslocando-se 300 ou 400Km. Imagine, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o sofrimento para o policial, para o preso que está sendo conduzido e para as testemunhas. Quem será testemunha de uma ocorrência em que o policial andará 200 ou 300Km para chegar ao plantão e lavar o flagrante?

Deputado Zé Maia, V. Exa. é um Deputado preocupado com essas questões, sempre buscando uma solução junto ao governo do Estado. O Deputado Adelmo Carneiro Leão tem sempre posições serenas e firmes em relação a isso. Precisamos buscar uma solução.



Ontem, 15 viaturas da PM ficaram aqui, durante 12 horas, para encerrar a ocorrência e não tinham armas de fogo apreendidas, não tinham objetos apreendidos, mas tinham menores apreendidos que precisavam ser entregues. Os menores, conforme consta na denúncia da Associação dos Praças entregue ao Deputado João Leite e ao meu gabinete, ficaram deitados no chão da Delegacia até as 8 horas da manhã, Deputado Adelmo, quando um Delegado recebeu a ocorrência. Segundo consta, o Delegado que estava lá não quis atender ou não sabem para onde foi o Delegado que estava lá, de plantão.

Deputado Zé Maia, é algo extremamente sério. Não podemos fingir que o problema não está acontecendo. Havia aprovado esse requerimento, e logo depois o “Estado de Minas” publicou que o Secretário de Defesa Social, o ilustre Deputado Lafayette de Andrada, já havia determinado a suspensão desses plantões regionalizados, mas, pasmem, as coisas continuam do mesmo jeito. Os plantões suprimem o efetivo no distrito policial e remetem aquela ocorrência da PM para 50km, 100km, 200km, 300km ou 457km, como é o caso da vasta Região Noroeste do Estado. Imagine, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a viatura ter que sair de Formoso, na divisa do Estado de Goiás, para chegar a Unai, andando mais de 400km, com o preso e o material apreendido. Os policiais militares sofrem esse desgaste. E ainda não falei, Deputado Zé Maia, do tamanho do estrago para a segurança pública do Estado ao retirarem uma viatura de Carneirinho - eu, V. Exa e o Deputado Adelmo Carneiro Leão conhecemos -, de Limeira do Oeste, que ficam sem nenhuma. Com que segurança pública o Município ficará? Como ficará o município que necessita de uma viatura da Polícia Militar patrulhando sua cidade por 24 horas? V. Exa., o Deputado Tenente Lúcio, também do Triângulo, e eu sabemos do episódio do assalto, quando invadiram o quartel e a Delegacia em Campina Verde. Imaginem se não houvesse uma viatura? Qual seria a capacidade de resposta? Concedo aparte ao ilustre companheiro, Deputado Tenente Lúcio, que também tem seus olhos voltados fortemente para o Triângulo Mineiro.

O Deputado Tenente Lúcio (em aparte)* - Agradeço ao nosso companheiro de partido e amigo, Deputado Sargento Rodrigues, e o cumprimento por seu trabalho brilhante na Assembleia Legislativa, em todas as áreas, especialmente na de segurança pública. Gostaria, Deputado Sargento Rodrigues, que V. Exa. também nos ajudasse - e já está ajudando, pois esteve conosco em Uberlândia, juntamente com o Deputado João Leite, visitando a 16ª Delegacia de Segurança Pública. V. Exa. mesmo disse que desconhece uma delegacia pior em termos de estrutura física. Fizemos essa visita a partir de um requerimento de minha autoria pedindo a presença da Comissão de Segurança Pública para realmente vermos “in loco” a situação dessa delegacia, onde não há banheiros públicos, bebedouro, etc. O prédio está praticamente caindo e não cabem nem reformas, segundo as pessoas entendidas que lá estiveram. Peço então que V. Exa. continue nos ajudando a levantar essa bandeira, a fim de darmos realmente uma definição para esse caso. Temos realmente que fazer a troca do terreno da delegacia com a Universidade Federal de Uberlândia, que dele precisa, pois já tem um terreno ao lado. Precisamos de outro local para o Estado construir uma nova delegacia em Uberlândia, à altura da população dessa cidade, onde nasci, cresci e vivo até hoje. É uma população que amamos e respeitamos muito.

Quanto a todas as cidades que V. Exa. mencionou, desde Carneirinho, Limeira do Oeste, Iturama, onde principalmente o Deputado Zé Maia e eu somos muito bem votados, temos a obrigação de zelar por sua segurança pública. Agradeço, mais uma vez, este aparte, Deputado Sargento Rodrigues, e quero dizer que sou testemunha do quanto V. Exa. trabalhou e tem trabalhado em prol da segurança pública. Quanto à unificação das Polícias Militar e Civil, é muito importante que isso se concretize, e V. Exa. continue fazendo esse trabalho para conseguirmos eliminar a má impressão que algumas pessoas ainda têm da Polícias Civil e Militar, dizendo que sua integração nunca vai dar certo. Muito pelo contrário, em Uberlândia temos um exemplo disso. Faltam alguns reparos, mas V. Exa. está lutando. V. Exa. é o Deputado que mais tem projetos aprovados para a segurança pública. Temos orgulho, eu particularmente, de tê-lo como Líder da nossa bancada, uma bancada de cinco Deputados. V. Exa. dá realmente excelentes exemplos através dos seus conhecimentos da vida de caserna, no combate ao crime organizado, na generosidade quando se deve apaziguar uma situação. V. Exa. sabe ser generoso, sabe ser enérgico quando tem de ser, mas, acima de tudo, leva essa bandeira no seu coração e nas suas mãos, empunhando a defesa da Polícia Militar e da Polícia Civil. Pode continuar contando com o apoio deste modesto Deputado e com a minha lealdade acima de qualquer coisa. Vamos continuar trabalhando. Se necessário for, iremos a Uberlândia novamente, iremos ao Governador. Já falei com o Deputado Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social, que precisamos do seu total apoio porque a Delegacia de Uberlândia não pode continuar da maneira como está, por não atender com dignidade não só quem trabalha lá, como também quem vai buscar serviços, que é o caso da nossa população. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa. Estivemos juntos e com o Deputado João Leite em Uberlândia, a requerimento de sua autoria, e reafirmo o que eu disse naquela reunião. Desconheço uma delegacia em estado tão precário em todo o Estado de Minas Gerais. Conheço 700 Municípios do nosso Estado e nunca vi uma delegacia como a de Uberlândia. Realmente, a 16ª Regional de Uberlândia precisa de uma atenção especial do Governador do Estado urgentemente porque, se continuar como está, a delegacia vai cair em cima dos policiais civis de Uberlândia. Portanto, isso é algo extremamente grave. E ainda, Sr. Presidente, concluindo, em relação à região do Triângulo, com a página do 9º Departamento de Uberlândia aberta, Deputado Zé Maia, a única viatura de Centralina para deslocar presos e material apreendido para a cidade de Ituiutaba percorrerá 86km. A viatura de Araporã, que V. Exa., o Deputado Adelmo Carneiro Leão, o Deputado Tenente Lúcio conhecem tanto quanto este Deputado, percorrerá 126km para entregar presos e material apreendido na cidade de Araguari. Portanto, são situações que não podem permanecer. Não tive a cautela de apresentar este requerimento aqui, mas logo no início de agosto vou apresentar um requerimento adicional convidando também o Secretário de Defesa Social, Deputado Lafayette de Andrada. Ele precisa vir a esta audiência pública juntamente com o Chefe da Polícia Civil e o Comandante da Polícia Militar. O que não pode ocorrer, Deputados e Deputadas, é continuar como está porque a preocupação deste Deputado, dos demais Deputados desta Casa, do Chefe da Polícia Civil, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Secretário de Defesa Social e do Governador é com a população. Imaginem que a viatura vai sair do Município, andar 200, 300 quilômetros, vai ficar 2, 3, 4, 5, 10 horas longe do Município sem patrulhamento, sem polícia ostensiva fazendo a prevenção do crime. Imagino que as cidades estão ficando muito desprotegidas.

Quero dizer, porque temos fontes sérias, fidedignas, que a criminalidade vem crescendo. Os índices de crime e de violência no Estado vêm aumentando, o Governador precisa tomar posição enérgica, e o Secretário de Defesa Social precisa chamar urgentemente



o Chefe da Polícia Civil, o Comandante da PM. Deputado Zé Maia, do jeito que está não pode ficar. Há policiais militares que trabalham muito mais que a carga horária permitida, extrapolando tudo aquilo que poderia extrapolar. Ontem policiais queriam largar o turno às 23 horas, mas só puderam entregar os presos no plantão interinstitucional da criança e do adolescente às 8 horas da manhã. Por que motivo? Por causa dos plantões criados pela Polícia Civil. Deputado Zé Maia, precisamos olhar a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo Deputado Durval Ângelo de modo diferenciado, pois separa o Detran da Polícia Civil. E há mais de mil policiais civis envolvidos com a atividade de trânsito em nossa cidade. Mais do nunca, é preciso fazer essa discussão com a Polícia Civil e o governo do Estado. A Polícia Civil precisa que os plantões sejam restaurados o mais breve possível. Um dos caminhos que visualizamos, além da abertura da contratação pelo Governador para 144 Delegados e 205 escrivães, o que ainda é pouco - no meu entender, o Governador deveria ter dobrado esse número - é o aporte efetivo da Polícia Civil, urgentemente. O Governador Anastasia precisa ter olhar especial na contratação de mais Delegados, escrivães e investigadores. Em contrapartida, Deputado Sebastião Costa, não há retorno em relação à retirada do Detran da Polícia Civil. A atividade de emplacamento e vistoria não pode mais ficar nas mãos da Polícia Judiciária, com pena de ela sofrer revés ainda pior pela falta de efetivo em seus quadros. Não é possível que uma viatura da Polícia Militar desloque 300km ou 400km, com material apreendido, presos e testemunhas, e o Município fique desguarnecido, sem patrulha preventiva. A população paga um preço muito alto. Deputado Zé Maia, espero que o pronunciamento que faço nesta tarde, durante o encaminhamento da LDO, chegue aos ouvidos do Governador Anastasia, do Secretário de Defesa Social, nosso colega Deputado Lafayette de Andrada e, especialmente, do Chefe da Polícia Civil. Os plantões precisam retornar, não apenas na fala, mas na prática. Havia sido anunciado pelo Secretário de Defesa Social, após ter conversado com o Chefe da Polícia Civil, que os plantões seriam normalizados. Do jeito como está, os índices de criminalidade do nosso Estado crescem assustadoramente. Não podemos permitir que isso continue, até porque nós, Deputados, os Chefes de Polícia, os Secretários e o Governador, temos responsabilidade para com a população, em nome da segurança pública. Será realizada uma audiência pública em 16 de agosto, que foi agendada de forma zelosa pelo Deputado João Leite, Presidente da Comissão, assim que apresentei a solicitação. Precisamos fazer essa discussão nesta Casa e perguntar ao Chefe da Polícia Civil por que continuam os plantões, por que os policiais militares levam de 10 horas ou 12 horas para entregar uma ocorrência. Isso está causando um estrago violento.

Deputado Zé Maia, insisto em dizer que a integração não pode ficar à vontade da Polícia Militar ou da Polícia Civil. A integração gera benefício gigantesco para a população. O ideal de polícia é que haja numa porta o distrito policial e, em outra, a unidade da Polícia Militar. O cidadão comum não sabe descrever com precisão as competências da polícia. Então bate na porta da Polícia Civil para registrar ocorrência de assalto que está ocorrendo naquela hora, e o policial aponta para ele a porta. Como era antes? Como são as delegacias do interior do Estado? A Delegacia da Polícia Civil fica em uma ponta, e o destacamento em outra, numa visão completamente equivocada do que é integração. Integração não significa tomar cafezinho juntos, não é um churrasco de que participem o Delegado Regional e o Comandante da PM, não é compartilhar festividades. Integração é a existência de uma mesma base territorial entre uma companhia e uma delegacia, uma seccional. Integração é dispor de dados compartilhados e acesso comum a inquéritos, a ocorrências, a lavraturas de flagrantes. Integração é planejar: o Delegado da Polícia Civil numa mesa, o Major e o Capitão na outra, com seus auxiliares, discutindo as ocorrências de estupro, homicídio, latrocínio e arrombamento. Integração é discutir o crime, certificar o motivo de sua ocorrência, debater e executar as ações de forma planejada, conjunta. Integração vai muito além do que muitos acham. Muitos pensam que o Delegado Regional e o Coronel da PM se dão muito bem porque fazem festa de fim de ano juntos. Não, integração não é isso. Integração é algo sério, é planejamento, é política pública. E podemos falar, com muita tranquilidade, que o Governador Aécio Neves teve a coragem de fazer a integração e, a partir dela, caminhar. Não podemos deixar que essa conquista retroceda nem meio milímetro, porque ela é importante para a sociedade. A sociedade não quer saber por que a PM não forneceu os dados à Polícia Civil ou vice-versa, ela quer conhecer o resultado final. A Polícia Civil e a Polícia Militar recebem dos mesmos cofres, têm o mesmo Governador como chefe, têm o mesmo Secretário como chefe, são servidores públicos efetivos. Qual é o problema? Não podemos mais permitir a cultura do passado, em que os Chefes de Polícia diziam: “essa polícia é minha”. E era assim, Deputado Zé Maia. Imaginem que, somente após o governo Aécio assumir, o que levou mais de 200 anos, é que a PM, que estava com o cidadão retido na rua, de madrugada, pôde ter acesso à sua ficha criminal. A PM tomava “chapéu”, numa linguagem bem policialesca, de bandido, na rua, porque não tinha acesso ao seu prontuário criminal, que se encontrava nas mãos da Polícia Civil. E a informação não pertence nem a uma polícia nem a outra e, sim, à sociedade. Da mesma forma, digo o inverso. Quando servíamos no Batalhão Rotam e no 190, a Polícia Civil, precisando iniciar uma investigação séria de roubo a banco, tinha de fazer uma escuta clandestina. Quantas e quantas vezes vi os policiais da Delegacia de Furtos e Roubos fazerem a escuta clandestina na rede de rádio da Rotam para saberem a hora em que seria anunciado assalto a banco, a fim de que também pudessem participar. Mas é foi coisa do passado. Foi criado o Centro Integrado de Operações Policiais - Ciop -, e as duas centrais encontram-se no mesmo prédio e no mesmo andar. Onde está o pecado em se determinar que a polícia ostensiva atenda a ocorrência e, ato contínuo, uma equipe da Polícia Civil se desloque com um veículo descaracterizado, placa de segurança X, chefiado por um Inspetor, Agente ou Delegado? Não há pecado algum. Pelo contrário, só há benefícios. Muitas vezes ouvimos pessoas falarem sobre integração sem conhecimento algum. Integração é discutir crimes, é o compartilhamento de dados, é o planejamento, é a execução das atividades de segurança pública de forma conjunta, porque não há outra saída. Não adianta o Chefe da Polícia Civil ou o Comandante da PM achar que a polícia pertence a um ou a outro, porque a polícia é da sociedade e a ela presta serviços. Portanto, se precisam trabalhar de forma conjunta, que o façam, porque, caso contrário, o prejuízo será gigantesco. Apelo aos colegas Deputados para que nos ajudem nesse debate, de forma serena, tranquila, mas os plantões têm de voltar, porque está havendo um prejuízo incalculável para o cidadão.

É o cidadão que está sendo prejudicado com a falta desses plantões. Volto aqui a repetir: depois de 12 anos e 5 meses de mandato, nunca toquei nesse assunto na tribuna da Assembleia. Até porque temos várias leis, beneficiando Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Agentes Penitenciários, de minha autoria. Em uns projetos eu fui relator; em outros eu ajudei a negociar com o governo. Sempre participei de forma efetiva, séria e comprometida para avançarmos nos direitos e garantias dos servidores. Mas hoje é uma realidade a PEC do Deputado Durval Ângelo, Deputado Adelmo, que separa o Detran da Polícia Civil. E ela tem de tramitar em



caráter de urgência nesta Casa, para que mais de mil policiais deixem de tomar conta da atividade de trânsito e passem a fazer a sua atividade-fim, a sua atividade precípua, que é investigar, presidir inquéritos, fazer diligências e somar esforços contra o crime. Não adianta querer sair abraçando tudo, porque todas as instituições que fizeram isso acabaram se perdendo, confundindo-se, perdendo o foco da sua missão principal.

O nosso desejo, encerrando as nossas palavras, é que a integração permaneça, continue e avance cada vez mais. E mais ainda, porque ainda falta uma academia única. Muita gente se confunde, como vi meu colega se confundir, com relação à unificação. A unificação é discutida no Congresso, não temos competência para legislar sobre unificação, que passa por alteração da Constituição da República. Mas, quanto à integração, é perfeitamente possível implementá-la em nosso Estado.

Deixo aqui o apelo ao Governador Anastasia, ao Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada, ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante da Polícia Militar. O assunto será discutido no dia 16 de agosto com a presença das autoridades. Espero que até lá, quem sabe, já tenhamos uma norma sobre o assunto. Caso contrário, a Assembleia, o Poder Legislativo precisa compartilhar desse debate, aprimorar, sugerir e avançar nesse processo. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, boa tarde. Quero agradecer mais uma vez ao Presidente José Henrique, sempre atuante e nos ajudando muito na direção dos trabalhos da Casa. Quero agradecer ao Deputado José Henrique pela atenção que sempre dispensa aos nobres Deputados.

Colegas Deputados, Deputadas, quero também cumprimentar os nossos telespectadores da TV Assembleia, a nossa equipe de jornalismo, a equipe técnica da Assembleia. Sr. Presidente, queria ainda agradecer o trabalho feito pela assessoria do nosso Bloco Minas sem Censura em relação às emendas e análises da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é o assunto agora em pauta no Projeto nº 1.697/2011, votado em turno único. E é para falar sobre esse assunto que ocupo a tribuna, para expor a análise que o nosso Bloco fez em relação a esse projeto de lei, à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Vou, Sr. Presidente, nesse tempo que temos, mostrar as emendas que apresentamos, a análise que fizemos da LDO e, fundamentalmente, as diferenças entre as visões que existem no nosso Bloco e a aplicação pelo governo daquilo que ele julga prioridade na sua análise orçamentária e, portanto, a sua atuação.

Tenho certeza de que essa análise vai permitir que fiquem claras para o povo de Minas Gerais as reais diferenças de atuação e de programa, daquilo que chamamos de projeto democrático popular para o País, que agora está capitaneado pela Presidenta Dilma, mas que, durante oito anos, esteve sob o comando do Presidente Lula, e a análise do governo do Estado sobre aquilo que chamamos de um projeto, não do campo democrático popular, mas do campo neoliberal, que têm o PSDB, o DEM, o PPS e outros partidos como aliados. Por muitas vezes, fica parecendo que a discussão é apenas por questões pessoais ou meramente pontuais. Na verdade, são diferenças programáticas mais complexas. Quando analisamos projetos, fica mais fácil entender essas diferenças. Elas também poderiam ser exemplificadas com temas mais abrangentes da política econômica nacional.

Quando o Presidente Lula ganhou as eleições, interrompeu-se um ciclo de privatizações no País, um ciclo em que o Estado brasileiro era desativado em função da ideia de que o mercado deveria ser o proponente do impulsionamento do desenvolvimento no País. Nesse entendimento, esse ciclo que se encerrou no PSDB, pelo menos por hora, chamado de projeto neoliberal, fez com que o Brasil atrasasse ainda mais principalmente o seu desenvolvimento social. Porém, o desenvolvimento econômico também ficou prejudicado, embora fosse a base de análise do projeto que estava em curso quando Fernando Henrique Cardoso foi o Presidente do Brasil. Naquela época, a substituição do papel do Estado como incentivador do desenvolvimento socioeconômico pelo mercado fez com que as nossas estradas fossem abandonadas, porque as tais parcerias no setor privado visam ao lucro e não ao bem-estar social, para cuja promoção é necessário que o Estado se desenvolva. Mas não é assim que pensa o setor privado, simplesmente quer fazer investimento. Ele visa fundamentalmente ao lucro. O Estado não, pois, quando investe, leva em consideração o desenvolvimento social. Assim deve ser o bom investimento do Estado. Não adianta desenvolver o País em tese, se não trouxermos o desenvolvimento social justo. Portanto os pontos de vista são diferentes.

O PT e o campo democrático popular sempre se posicionaram contrariamente a esse projeto privatizante, o chamado projeto neoliberal e conservador na política econômica mundial e também no Brasil. Isso, por si só, já demonstraria a diferença. Costumo citar, por exemplo, a opção do Presidente Lula, que na época optou por desfazer a Alca, que estava sendo construída pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso acenava para um Acordo de Livre Comércio das Américas com os Estados Unidos para aprofundar o chamado Consenso de Washington e, com isso, atrelar o Brasil aos interesses desse projeto neoliberal no mundo, de que os Estados Unidos e a Europa são a vanguarda. Portanto o imperialismo é visto como fonte de promoção do mercado do ponto de vista mundial.

Se nos subordinássemos a esse projeto, teríamos, com certeza, vivido uma crise econômica no Brasil muito grande e ainda uma crise social. Naquela hora o povo brasileiro soube romper com esse projeto. Assim que foi eleito o Presidente Lula, como havia prometido, também rompeu com essa visão: colocou o Brasil em outra dinâmica do comércio internacional, negociando com a África, com a China e com tantos outros países, se libertou da Alca, fortaleceu o Mercosul e a relação com os países latino-americanos. Fundamentalmente, um projeto democrático popular iniciou a divisão de renda no Brasil.

Digo iniciou, porque a Presidenta Dilma terá de radicalizar esse processo de divisão de renda e de igualdade social, mas isso teve início no Brasil a partir do governo do Presidente Lula. Portanto foi uma ruptura importante com o momento que se vivia naquela ocasião. Isso não se fez de forma igual no Brasil. Embora impulsionado pelo governo federal do Presidente Lula, em Minas Gerais, em São Paulo, em Estados importantes do nosso país, prevaleceu a visão mais conservadora e neoliberal, no caso de Minas Gerais, com oito anos de governo tucano, do PSDB, chefiado pelo ex-Governador e atual Senador Aécio Neves, que, no meu entendimento, deu a Minas Gerais uma possibilidade menor de desenvolvimento do que estava colocada a partir da vitória do Presidente Lula.

Poderia algum incauto achar que estou aqui fazendo obstrução. Não é o caso. Já terminamos esse período de obstrução. Poderia também alguém dizer que isso não tem nada que ver com o assunto em pauta da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Vou dizer que tem tudo que ver, porque, ao analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta pelo governo do Estado, que é sequencial ao governo



Aécio Neves, veremos que as prioridades postas no papel do Estado nas questões fundamentais de educação, saúde e segurança pública não têm a radicalidade que deveriam ter relativamente à prioridade de que o Brasil precisa e que merece, ou seja, em outras palavras, o papel do Estado não está bem posto. Minas Gerais continua apostando nessa ideia antiga, velha, ultrapassada e derrotada de que o mercado poderá vir por meio de parcerias público-privadas e outras. Não que eu seja contra essa experiência, mas isso não é o que impulsiona o crescimento real, Deputado Adelmo, se o Estado não for o espaço fundamental de indução desse crescimento, tanto econômico quanto social. E, no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que o Governador Anastasia envia para cá, há os mesmos vícios que, durante oito anos, se estabeleceram no governo de Minas. Por isso temos nos batido aqui tanto contra o que foi chamado de choque de gestão, porque, além de significar uma visão equivocada e, no meu entender, meio fantasiosa, meio de mídia, o choque de gestão aqui posto priorizou não a gestão do Estado do ponto de vista democrático e com suas prioridades fundamentais, mas o abandono do Estado por uma visão de gerenciamento neoliberal e, portanto, uma visão que quer fazer deste o Estado mínimo, e não com suas funções essenciais. O choque de gestão significou, portanto, o prosseguimento da diminuição do Estado e passou a ser, por exemplo, o arrocho sobre os servidores públicos, que passaram, então, a ter salários muito pequenos, a não ter concurso público, a ter diminuída a máquina.

Para não precisar gastar muito tempo com essa análise, peço que reflitam sobre o que disse o Deputado Sargento Rodrigues, que é da base do governo, mas que detectou aqui o quadro caótico da segurança pública em Minas Gerais, que reflete a falta da indução do Estado no setor da segurança pública. Foi bom que o Deputado Rodrigues falasse antes de mim, para não parecer apenas uma fala da Oposição ou apenas de questionamento. Ele faz uma análise concreta dos fatos: a diminuição da Polícia Civil, que, há mais de 60 dias, está em greve; e o quadro da Polícia Militar, que também é caótico no Estado. O Deputado Rodrigues enfatizou muito que o índice de criminalidade vem aumentando cada vez mais em Minas Gerais, para além do que aumenta no Brasil. O governo gosta de afirmar que Minas cresceu mais que o Brasil. Vou analisar isso daqui a pouco. Não é bem assim, não é verdade. Mas, ao mesmo tempo, não faz análise dos índices sociais. O índice de criminalidade continua crescendo mais do que cresceu no Brasil. O Rodrigues expôs aqui dados fundamentais. Esse é um exemplo. Nós poderíamos exemplificar.

O Deputado Adelmo também está inscrito e certamente, com muito mais qualidade e conhecimento de causa do que eu, falará sobre os aspectos da saúde pública, mas a ausência de investimento constitucional na saúde pública de Minas fez surgir problemas mais graves. Não que não haja problemas na saúde pública no Brasil. Aqui, em Minas Gerais, o governo poderia, deveria, teria, por obrigação legal, de investir pelo menos 12%, mas não o faz.

Não somos nós, do Minas sem Censura, do PT, do PMDB, do PCdoB e do PRB, que fizemos isso; o Ministério da Saúde detectou que o investimento foi aquém da obrigatoriedade do Estado. E também o fez o Tribunal de Contas. Só que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por ser tucano... Falo isso sem meias palavras, e as pessoas se assustam, mas é verdade, o Tribunal de Contas de Minas é tucano. Quase todos os Conselheiros foram colegas nossos na Assembleia Legislativa e foram escolhidos pelos Governadores Aécio Neves e Anastasia, da base tucana, o que não é um demérito. Mas, ao fazer o julgamento das contas, pode ser feita uma análise política e não meramente técnica. Mas a análise técnica foi clara: não foram investidos os 12% na saúde pública de Minas Gerais em nenhum ano do governo Aécio Neves ou do governo Anastasia. A dívida com a saúde pública ultrapassa R\$5.000.000.000,00, como afirma o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que depois exporá essa situação com mais detalhes. Isso mostra que o Estado não se qualificou para a intervenção na saúde pública como deveria, o que leva a consequências ruins, como na segurança pública, conforme exposto pelo Deputado Sargento Rodrigues, de aumento da criminalidade e exaustão das delegacias, que estão caindo aos pedaços. A sensação de quem vai a uma delegacia é que não tem a quem recorrer. A Polícia Militar não se qualifica, não aumenta o efetivo necessário. Todo o problema visto na área de segurança pública também ocorre na saúde pública.

Quando da greve da Fhemig, eu e os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Antônio Júlio visitamos vários hospitais para saber a situação atual deles. Fiquei impressionado ao ver, por exemplo, a Maternidade Odete Valadares com problemas seriíssimos, assim como o Hospital Júlia Kubitschek e o João XXIII. Os outros hospitais de Minas Gerais não têm condições de saúde pública, que a higiene permita, e de saúde pública, que atenda à população. O Estado, portanto, não é o indutor da saúde pública. Aqui não se reforça o SUS, como se deveria, com o papel do Estado, o que levará os Municípios do interior a um verdadeiro caos, porque o Prefeito terá de tirar recursos, Deputada Maria Tereza Lara, do bolso do município ou de seu Município para esses setores, cobrindo gastos com gasolina para os carros das Polícias Militar e Civil e para o aluguel. A senhora conhece bem essa realidade, pois, em Betim, a Prefeita Maria do Carmo sofre com esse problema, como todos os Prefeitos sofrem no Estado de Minas Gerais, sendo da Situação ou da Oposição. Não há investimento nem para gasolina do carro de polícia. Se o Prefeito não bancar a gasolina, não colocar pessoal na delegacia, ela fecha. Assim acontece também com a saúde. O Município nunca investe menos de 20% na área da saúde e teria de investir 15%. Mas investe entre 22% e 23%, o que fará falta em outras áreas de atuação do Município, que ficará apertado, por bancar mais no investimento em saúde pública.

Citei a segurança pública, e o Deputado Sargento Rodrigues fez mais que isso. O Deputado Adelmo Carneiro Leão também vai falar sobre os problemas da área da saúde com muito mais propriedade que eu. Chegarei na análise da questão educacional. Depois mostrarei as emendas que fizemos à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Digo isso para que o nobre Deputado, que agora preside esta reunião, saiba que não estou aqui enrolando para abordar o assunto, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estou aqui fazendo a ligação de quais opções o governo tem e que, no meu entendimento, deveriam estar no projeto em pauta, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Falava sobre a segurança pública e a saúde, mas, se fizermos uma análise do quadro da educação, verificaremos que a situação também é crítica. O Brasil avançou na área da educação com Lula Presidente. Os Deputados sabem disso. Basta uma corrida de olhos pelo interior do Estado, pelo Brasil afora, que veremos que programas como o ProUni colocaram milhares de estudantes na universidade. Hoje, as universidades têm negros, pobres, alunos que vieram de escolas públicas, pessoas que, no passado, ficavam em nossos gabinetes solicitando bolsas de estudo. Hoje há programas como o ProUni, que reservam cotas de vagas nas universidades para os mais pobres. O Brasil avançou na educação em geral e também na educação técnica. O Presidente Lula lançou um vigoroso

programa que ampliou e muito a rede de escolas técnicas federais pelo País afora. Mas Minas Gerais não acompanhou essa mesma qualidade. Cito, por exemplo, a Uemg. A Deputada Maria Tereza Lara, que é da área da educação e compreende isso bastante, sabe muito bem que a Universidade Estadual de Minas Gerais é uma farsa. Ela não chega aos pés da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Uerj -, da USP, de São Paulo e sequer da Universidade Estadual da Bahia - Uneb. Portanto, não vemos o governo do Estado investindo no 3º grau em qualquer tipo de universidade em Minas Gerais. Da mesma forma, ele também não fez investimento vigoroso no ensino técnico profissionalizante.

Questionei a Deputada Liza Prado, que também arguía sobre o caso de Contagem, mas o nosso caso não é o problema de Contagem. Aliás, a Prefeita de Contagem fez um investimento que em tese nem caberia ao Município fazer. A Prefeita Marília obedece às próprias convicções no que diz respeito ao sistema educacional.

No Estado de Minas Gerais também não há investimento na qualificação, no ensino e na aprendizagem técnica. Isso também não acontece no ensino fundamental. O salário que se paga em Minas é muito baixo. Aliás, em se tratando de salário-base, é o pior do Brasil: R\$369,00. O governo pode até dizer que criou subsídios, mas essa foi mais uma artimanha para burlar aquilo que nacionalmente o governo federal aprovou em lei, na Câmara Federal, e que hoje o STF diz que passa a ser o salário-base, de R\$1.200,00.

Ontem, em reunião com a Secretária Renata Vilhena, a quem gostaria de agradecer a presença na Assembleia Legislativa, bem como o diálogo e o tratamento respeitoso, ela ainda nos transmitiu um dado muito claro. Deputado Délio Malheiros, se o governo aplicasse a lei do piso proporcionalmente ao piso nacional, estabelecido em R\$1.200,00, o que aqui seria algo em torno de R\$712,00, se ele desse esse salário de R\$712,00 a todos os servidores, isso significaria que quem ganha o subsídio teria o salário diminuído, mas, evidentemente, não é o que o governo fará. Ele não vai diminuir o salário de ninguém. Se ele estabelecesse esse vencimento-base proporcionalmente à jornada de 24 horas, segundo a Secretária, a folha de pagamento aumentaria em R\$4.000.000.000,00 ao ano. Isso demonstra a esperteza do governo ao instituir o subsídio e não o piso salarial, que o STF confirmou. O Estado de Minas Gerais teria, nesse caso, um custo maior com a educação, com salários melhores para o conjunto dos servidores. Portanto, ficou provado que o governo usou de esperteza quando da diminuição da folha, por meio da criação dos subsídios, o que levou ao questionamento do Sind-UTE e às duas greves seguidas. Ou seja, foi uma esperteza que não solucionou o problema. Pelo contrário, agravou-o ainda mais. Prova disso foi uma greve de 50 dias no ano passado e outra de 30 dias este ano, que poderão virar 60, se a greve continuar agosto afora. Isso significa um grande prejuízo para os alunos da escola pública, prejuízo que precisa estar contabilizado na política governamental do Estado, que também não priorizou a educação na LDO.

Assim como na saúde não se investem os 12%, o mesmo acontece na educação com os 25% constitucionais, porque consideram o inativo na conta como se fosse custeio da educação. Considerando o inativo, retira-se o que seria da previdência, da aposentadoria, e se coloca na educação. Dessa forma, com o desconto disso, esse valor vai abaixar para 19%, 20%, no máximo, o investimento com a educação pública em Minas Gerais. É por isso que não temos os 25%.

Os 5% talvez teriam evitado duas greves, uma de 50 dias e outra que já dura mais de 30 dias. Uma boa negociação com o sindicato teria sido suficiente para evitar que alunos ficassem no prejuízo por dois anos seguidos em virtude da greve. Uma greve justa. Aliás, durante todos esses dias vimos os professores sofredamente nas galerias, mostrando contracheques e relatando a dura luta nas salas de aula, em condições precárias. Esse é o problema de toda a educação mineira. Estou mentindo? De modo geral, as escolas do interior ainda estão em situação muito ruim, assim como as da Capital. Faltam qualificação e muitas outras coisas.

Nada contra a Secretária Ana Lúcia Gazzola, que também esteve ontem conosco, com a postura de diálogo e querendo resolver o problema, mas isso é uma opção do governo. Não é um problema da Secretária Renata Vilhena nem da Ana Lúcia Gazzola, nem do Secretário de Saúde, mas sim uma opção do governo. Também não é uma opção do Governador Anastasia como pessoa, mas do governo.

Eu diria, vou chegar depois disso, que é um pouco aquele quadro perverso de herança, que nós estamos chamando de “o legado perverso de Aécio Neves”. É a concepção neoliberal que foi imposta. Faço um “link”, vamos dizer assim, com o que comecei abordando no início do meu pronunciamento. Não se fez em Minas, Deputado Adelmo, a mesma opção que o Brasil fez para reverter o quadro de miséria que o Brasil teve, processo que o Presidente Lula iniciou com o programa espetacular de desenvolvimento econômico e divisão de rendas. Não houve isso em Minas. A não ser o que vem do governo federal, Minas não investe na questão social. As opções são outras. Por exemplo, na segurança, na educação e na saúde, o governo, em vez de fazer opção por aumentar os recursos, aliás cumprir constitucionalmente os recursos, teve outras prioridades. Quais outras? São R\$1.500.000.000,00 na Cidade Administrativa. Ora, o que era prioridade? São R\$1.500.000.000,00 para a construção da Cidade Administrativa ou para a construção de hospitais, centros de saúde e de escolas, que não tiveram de investimentos do governo - por exemplo, durante o ano de 2009 - nem a metade do que foi investido na Cidade Administrativa? Isso é uma mostra de prioridades. O que seria a prioridade? A construção de uma peça que julgo ineficaz do ponto de vista de concentração do serviço público, desnecessária, ou um investimento na saúde, na educação, na segurança pública nesse período? Parece-me que essa seria a opção que teríamos, mas o Governador Aécio Neves teve outra, a de fazer um mostrengo, uma cidade administrativa, gastando bilhões, e a de fazer dela uma peça eleitoreira, inclusive fazendo a alegria de empreiteiras, de outros parceiros que, depois, contribuirão nas campanhas. O fato é que a opção foi essa.

Assim são as opções do governo, de falar de obras, obras, gastos e gastos, como se a questão social fosse secundária em relação a investimento. É triste isso. O Estado de Minas Gerais vai ficando apenas com os investimentos do governo federal. O Deputado André Quintão vai também usar a palavra para falar de um quarto ponto importante depois, que é o investimento social, não apenas na assistência social, mas na sociedade, aquela que mais precisa, a mais pobre, onde o Fome Zero chegou, com o Ministro Patrus Ananias, que fez um belíssimo trabalho, e que a Presidenta Dilma continuará agora no combate à miséria e à pobreza. Aqui em Minas, o investimento foi mínimo. Ainda nessa área há os investimentos na agricultura familiar. Fui Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e posso falar de cadeira que os investimentos eram todos do governo federal. Os investimentos do governo



do Estado nesse setor são pouquíssimos. Às vezes, falam que a Emater cresceu muito, mas foi com recursos do governo federal que houve a expansão da técnica rural e de assistência técnica.

Então, não há uma concepção real do governo de investimentos prioritários em áreas que são sociais. Cheguei nesse ponto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Não vou tomar muito o seu tempo, mas é preciso aqui citar um exemplo clássico do que foi o governo Aécio Neves, o início do governo. No final do governo do nosso Governador Itamar Franco foi votado aqui, por iniciativa nossa, um projeto de lei tratando do Bolsa-Família, exatamente dentro dessa concepção definida pelo governo federal e que também existia no governo federal, em que as famílias mais pobres, as mães, os pais com suas crianças nas escolas, tinham o direito de receber um complemento financeiro para a sobrevivência. Aprovamos isso aqui. O Governador Itamar Franco regulamentou essa lei e iniciou a ação no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Brasil. Quando terminou o governo, existiam lá no Jequitinhonha 20 mil famílias aproximadamente recebendo por parte do governo do Estado o Bolsa-Família.

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia, por estar esgotado o prazo de duração desta reunião, a Presidência vai encerrá-la, preservando-se o tempo de V. Exa. para discutir o Projeto de Lei nº 1.697/2011.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Arlinda Freire França do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Dario Vieira dos Santos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Dario Vieira dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Leonardo do Carmo de Oliveira Mateus do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Arlinda Freire França para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Rodrigo Jorge Naufel para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária do Chonin de Cima. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.